INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

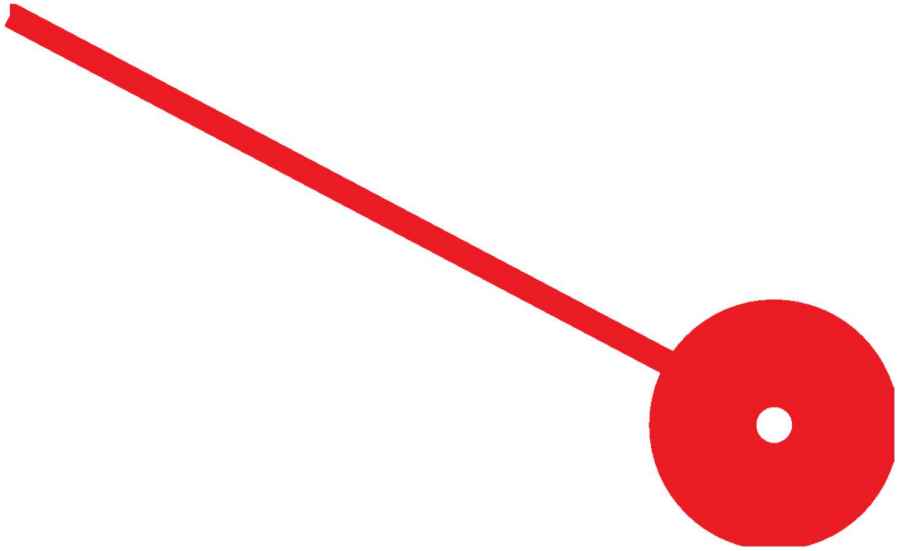
M **MESTRADO**
GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES- RAMO GESTÃO PÚBLICA

Responsabilidade Social e Empreendedorismo Feminino no IFMT: A trajetória e impacto do Programa Teresa de Benguela.

Anelise Rondon de Campos

12/**2024**

Versão Final
Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do Júri.



Anelise Rondon de Campos. **Responsabilidade Social e Empreendedorismo Feminino no IFMT: A trajetória e impacto do Programa Teresa de Benguela**
Dezembro/**2024**

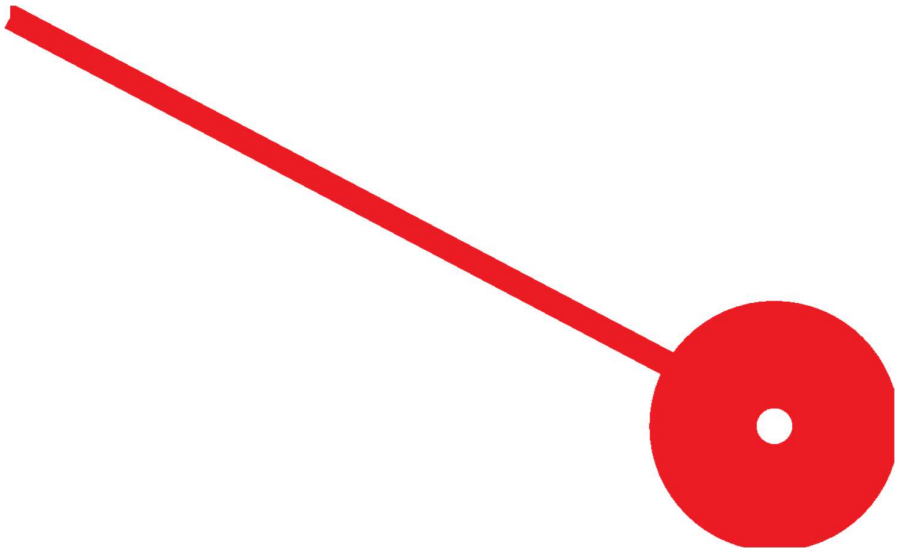
INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M MESTRADO
GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES- RAMO GESTÃO PÚBLICA

Responsabilidade Social e Empreendedorismo Feminino no IFMT: A trajetória e impacto do Programa Teresa de Benguela.

Anelise Rondon de Campos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo Gestão Pública, sob orientação da Profa. Doutora Ana Maria Bandeira.



Anelise Rondon de Campos. **Responsabilidade Social e Empreendedorismo Feminino no IFMT: A trajetória e impacto do Programa Teresa de Benguela**
Dezembro/**2024**

Dedicatória

Aos meus filhos Calebe e Heloísa, a melhor parte de mim.

Agradecimentos

A Deus, que nunca me abandona e que me envolve com todo Seu amor, dedico minha gratidão eterna.

Aos meus filhos, Calebe e Heloísa, que suportaram minhas ausências durante este intenso processo de Mestrado: vocês são a razão de todos os meus esforços e motivações. Cada passo que dou é por vocês, que iluminam minha vida.

Ao IFMT, expresso minha profunda gratidão pela oportunidade de cursar este Mestrado, em parceria com o Instituto Politécnico do Porto (IPP). O investimento nos servidores é fundamental para a saúde e crescimento da instituição.

Aos professores do ISCAP, agradeço sinceramente pelo empenho e dedicação, que tornaram este aprendizado ainda mais enriquecedor. Cada um de vocês fez diferença nesse percurso.

Um agradecimento especial à minha querida orientadora, Profa. Ana Maria Bandeira, por todo o conhecimento compartilhado, pela paciência e pelo constante incentivo durante todo o processo de escrita. Sua orientação foi um farol em minha trajetória.

Aos meus colegas de turma, em especial a Camila, Rosenilde, Adméia e Elisângela, agradeço o acolhimento e apoio, que tornaram essa experiência possível e inesquecível.

A minha família, por suas orações e torcida incondicional, especialmente minha irmã, Ana Vitória, cujo suporte foi fundamental ao longo dessa jornada.

Por fim, aos meus colegas do IFMT Campus Barra do Garças, que sempre ofereceram incentivo e amizade, meu sincero agradecimento.

Resumo

A Responsabilidade Social de uma instituição pública de ensino visa promover o bem-estar e desenvolvimento da sociedade, haja vista que, o conhecimento produzido pode ser convertido em projetos educativos, o que essencialmente abriria as portas das universidades/institutos à comunidade. Esta devolutiva dos saberes construídos na academia é convertida na resolução de questões inerentes das expressões da questão social. Uma problemática que demanda muita atenção na atualidade é a situação vivida pelas mulheres brasileiras, que são responsáveis pelo sustento familiar, porém, por muitas vezes estarem em situação de vulnerabilidade socioeconômica ficam marginalizadas, sem amparo e com a dignidade comprometida. Esta pesquisa tem o intuito de analisar a implantação do Programa Teresa de Benguela do IFMT, política pública voltada para promoção de renda, empoderamento e autossuficiência de mulheres no Estado de Mato Grosso. Programas como o Teresa de Benguela contribuem na diminuição das desigualdades de gênero, pois atuam diretamente na oferta de oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres. Neste sentido, o objetivo central deste estudo é analisar a trajetória e o impacto do Programa Teresa de Benguela, como instrumento do empreendedorismo feminino no período de 2017 a 2022. O universo da pesquisa são 44 projetos aprovados nos Editais de seleção do Programa. A amostra foi composta por 50% de projetos aprovados, sendo 22 projetos, e ainda, 4 gestores do Programa. Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo é de natureza exploratória e trata-se de um estudo de caso, cuja abordagem é de natureza qualitativa. Para coleta de dados foram utilizadas as diferentes técnicas, tais como: entrevista, o questionário e a pesquisa documental. Neste sentido, espera-se indicar à instituição fatores necessários para o alcance da efetividade do Programa, de modo que seja possível gerar impactos significativos, tanto no âmbito institucional, quanto na comunidade externa por meio das ações de Extensão.

Palavras-chave: Empreendedorismo Feminino, Responsabilidade Social, *Accountability*, Avaliação de Programas Sociais.

Abstract

The social responsibility of a public educational institution aims to promote the well-being and development of society, given that the knowledge produced can be converted into educational projects, which essentially opens the doors of universities/institutes to the community. This return of the knowledge built up in academia is converted into the resolution of issues inherent in the expressions of the social question. One problem that demands a lot of attention today is the situation experienced by Brazilian women, who are responsible for providing for their families, but because they are often in a situation of socio-economic vulnerability, they are marginalized, without support and with their dignity compromised. This research aims to analyze the implementation of IFMT's Teresa de Benguela Program, a public policy aimed at promoting income, empowerment and self-sufficiency for women in the state of Mato Grosso. Programs such as Teresa de Benguela contribute to reducing gender inequalities, as they act directly to provide educational and professional opportunities for women. The main objective of this study is to analyze the trajectory and impact of the Teresa de Benguela Program as an instrument for female entrepreneurship between 2017 and 2022. The universe of the research is 44 projects approved in the Program's selection calls. The sample was made up of 50% of the approved projects, 22 of which were projects, and 4 of the Program's managers. As for the methodological procedures, the study is exploratory in nature and is a case study with a qualitative approach. Different techniques were used to collect data, such as interviews, questionnaires and documentary research. In this sense, it is hoped to indicate to the institution the factors necessary to achieve the effectiveness of the Program, so that it is possible to generate significant impacts, both within the institution and in the external community through Extension actions.

Keywords: Female Entrepreneurship, Social Responsibility, *Accountability*, Evaluation of Social Programs.

Índice Geral

Capítulo I- Introdução 1

1.1 Contextualização.....1

1.2 Objetivos e Questão de Investigação.....3

1.3 Motivação.....4

1.4 Estrutura da Dissertação.....5

Capítulo II – Fundamentação Teórica.....6

2.1 Empreendedorismo feminino e a promoção da autonomia econômica e financeira de mulheres.....7

2.2 Responsabilidade Social de uma instituição pública de ensino.....8

2.2.1 O Instituto Federal de Mato Grosso.....9

2.2.2 A Extensão como uma "nova sala de aula", para além dos muros da universidade 10

2.2.3 Programa Teresa de Benguela: inclusão de mulheres em vulnerabilidade através do empreendedorismo.....13

2.3 Accountability na Avaliação de Políticas Pública.....18

Capítulo III – Metodologia de Investigação.....23

3.1 Escolha dos informantes.....24

3.2 Definição dos instrumentos de coleta de dados.....24

3.3 Aplicação dos instrumentais de pesquisa.....25

3.4 Sistematização.....26

Capítulo IV – Análise e Discussão dos Resultados.....27

4.1 A implantação do Programa Teresa de Benguela e sua trajetória no IFMT…….....27

4.2 Caracterização das áreas dos projetos locais do Programa Teresa de Benguela..…29

4.3 A Gestão do Programa Teresa de Benguela.....34

4.4 Resultados que foram produzidos pelos projetos locais.....41

4.5 A promoção do empreendedorismo feminino.....43

4.5.1 Difusão das questões de gênero através do Programa Teresa de Benguela…….45

4.6 Resultados da pesquisa.....48

Capítulo V - Considerações Finais.....49

5.1 Principais conclusões.....49

5.2 Limitações…….....50

5.3 Sugestões de Investigação Futura.....51

Referências Bibliográficas.....53

Anexo…….……..54

Apêndice A- Projetos executados pelo Programa Teresa de Benguela no período de 2017 a 2022.....55

Apêndice B- Roteiro de entrevista com os Gestores do Programa Teresa de Benguela….66

Índice de Figuras

Figura 1. Campi do IFMT distribuídos pelo estado de Mato Grosso……..……11
Figura 2. Programa Teresa de Benguela……...16
Figura 3. Princípios do Programa Teresa de Benguela……17
Figura 4: Resultados parciais do Programa Teresa de Benguela……..18
Figura 5. Trajetória histórica para implantação da LAI……20
Figura 6. Período de execução do projeto pelo Programa de Extensão Teresa de Benguela……..…32
Figura 7. Caracterização das áreas de intervenção dos projetos locais……..…….33
Figura 8. Quantidade de participantes nos projeto……...34
Figura 9: Monitoramento dos projetos locais……..…….37
Figura 10. Cervejas produzidas pelo coletivo de mulheres cervejeiras……...45

Índice de Tabelas

Tabela 1. Trajetória da extensão universitária no Brasil……12
Tabela 2: Etapas do processo de decisão……22
Tabela 3. Perfil dos coordenadores de projetos locais do Programa Teresa de Benguela…30
Tabela 4. Campus de lotação dos coordenadores de projetos locais do Programa Teresa de Benguela……...31
Tabela 5. Perfil do público-alvo do projeto……..……34
Tabela 6. Publicação dos resultados dos projetos aprovados nos Editais…….35
Tabela 7. Investimentos no Programa…….…….37
Tabela 8. Distribuição de vagas nos Editais anuais……..……38
Tabela 9. Motivo não continuidade nos projetos……..40
Tabela 10. Monitoramento dos projetos……...41
Tabela 11. Principais resultados do Programa Teresa de Benguela…….42
Tabela 12. Promoção do associativismo, cooperativismo e economia solidária através dos projetos executados……..44
Tabela 13. Ações e projetos na temática de gênero……..46
Tabela 14. Publicações dos resultados de projetos…….. 47

Lista de Abreviaturas e/ou Siglas

CAAE- Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CONSEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CONSUP - Conselho Superior

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EaD - Educação a Distância

FIC - Formação Inicial e Continuada

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituições de Ensino Superior

IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

MEC - Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional

PROEX- Pró-Reitoria de Extensão

PROEXT- Programa de Apoio à Extensão Universitária

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PVPE- Programa de Valorização da Produção da Pesquisa

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

Capítulo I - Introdução

1.1 Contextualização

O tema "empoderamento feminino" tem ganhado cada vez mais destaque no campo das políticas sociais, refletindo uma nova perspectiva do Estado em relação à mulher, contribuindo para a mudança de paradigmas, proporcionando maior autonomia e envolvimento social das mulheres.

Segundo o DIEESE (2023), a maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. Dos 75 milhões de lares, 50,8% têm liderança feminina, o que corresponde a aproximadamente 38,1 milhões de famílias. Em Mato Grosso, a população estimada representou 1,64% do território nacional em 2022, sendo composta por 51% do sexo feminino (IBGE, 2022). Dentre as mulheres residentes no estado, 50% se identificam como pretas ou pardas, e 6% se declararam analfabetas (IBGE, 2022). Esses dados ressaltam não apenas a importância do papel feminino na estrutura familiar, mas também a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão e o desenvolvimento social dessa parcela da população, que enfrenta desafios significativos, como a desigualdade racial e a educação.

A Fundação Getúlio Vargas apontou que a taxa de desemprego das mulheres é superior à dos homens, visto que o mercado de trabalho é extremamente seletivo, priorizando a força de trabalho masculina. Segundo a pesquisa mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 11,3 milhões de desempregados, 6,3 milhões são mulheres.

Esses dados retratam a situação vivida por muitas mulheres brasileiras, que são responsáveis pelo sustento familiar, porém, por muitas vezes estarem em situação de vulnerabilidade socioeconômica ficando marginalizadas, sem amparo e com a dignidade comprometida. Bruschini (2007) explica que a persistência da responsabilização das mulheres pelas atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos e outros familiares indica a continuidade de modelos tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, em virtude do tempo consumido com as tarefas do cuidado.

Deste modo, entende-se que os principais desafios às mulheres pobres, no Brasil, referem-se à dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e aos serviços públicos universais e à luta contra a discriminação racial e salarial.

No ano de 2011, foi implantado no Brasil o Programa Nacional Mulheres Mil, instituído pela Portaria do MEC Nº 1.015 de 21/07/2011. O objetivo central desse programa era

oferecer as bases de uma política social voltada para a inclusão e a equidade de gênero, visando proporcionar a mulheres em situação de vulnerabilidade social o acesso à educação profissional, ao emprego e à geração de renda. O Mulheres Mil se destacou como uma iniciativa essencial nas ações do programa Brasil Sem Miséria, alinhando-se à meta do governo federal de erradicar a pobreza extrema no país.

O programa não apenas visava a formação profissional, mas também buscava empoderar as participantes, promovendo a autonomia e a autoestima. As mulheres que integraram o Mulheres Mil tiveram a oportunidade de adquirir habilidades em diversas áreas, como artesanato, agricultura, tecnologia da informação e outros setores, aumentando suas chances de inserção no mercado de trabalho.

Ao longo dos anos, o Programa Nacional Mulheres Mil teve um impacto significativo na vida de milhares de mulheres. No IFMT, as atividades do programa começaram no ano de 2011, em 3 campi, onde foram matriculadas 335 mulheres. A partir do ano de 2013 o Programa Mulheres Mil passou a ser executado via Bolsa Formação do Programa Nacional de Acesso, Permanência e Êxito – PRONATEC do governo federal, através da Portaria MEC Nº 168 de 07/03/2013.

Em 2014, o Instituto ofereceu 1.412 vagas do Programa Mulheres Mil em 15 campi, cada um com um(a) Gestor(a) Local/Coordenador(a) Adjunto(a) encarregado(a) do planejamento, execução e monitoramento do programa. Na reitoria do IFMT, havia uma unidade gestora institucional/coordenadora adjunta, responsável pelo planejamento, execução, orientação e supervisão do Mulheres Mil em todos os campi.

Os Institutos Federais deveriam estruturar a proposta curricular do programa a partir da análise e do aproveitamento dos conhecimentos prévios que essas mulheres trazem de suas vidas. Essa metodologia é chamada de avaliação e reconhecimento de aprendizados prévios, sendo todas as aprendizagens formais, não formais e informais consideradas. A aplicação da identificação dos saberes deveria ser um alicerce para desenvolver o mapeamento dos conhecimentos preliminares das mulheres, bem como para identificar os objetivos acadêmicos, o desenho dos itinerários formativos e a qualificação para geração de emprego e renda (Brasil, 2011).

Apesar dos números expressivos do Programa, em meio à crise política que o Brasil enfrentou no período de 2014 a 2016, o programa teve um corte de cerca de 60% do orçamento, e assim seguiu até perder força até ser extinto. Ocorre que, o Instituto Federal de Mato Grosso, como forma de dar continuidade nas ações voltadas para a formação de mulheres e com o intuito de enfrentar esta realidade e combater a desigualdade de gênero

e contribuir para o empoderamento e empreendedorismo feminino, criou o Programa Teresa de Benguela no ano de 2017.

O Programa leva o nome de uma líder quilombola do século XVIII, considerada uma das figuras mais importantes da resistência à escravidão no Brasil. Ela viveu no atual estado de Mato Grosso e liderou o Quilombo do Piolho, que se destacou pela organização e autonomia da comunidade formada por escravizados fugitivos e indígenas. Teresa é lembrada por sua inteligência, coragem e habilidades de liderança, e seu legado é uma inspiração na luta por direitos e justiça social.

O Programa Teresa de Benguela é um programa de extensão do IFMT voltado para promoção de renda, empoderamento e autossuficiencia de mulheres no Estado de Mato Grosso. O programa fomenta a criação de produtos e serviços liderados por mulheres, de maneira a combater a desigualdade de gênero e contribuir para o empoderamento feminino e para a evolução humana.

O Programa também contempla a realização de ações de sensibilização sobre questões de gênero, além de oferecer serviços de assistência técnica, apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo, economia solidária e cidadania, sempre voltados para mulheres em situação de vulnerabilidade social. De acordo com o site oficial do Programa, até 2019, cerca de mil mulheres já haviam sido atendidas por meio dos projetos locais.

A Responsabilidade Social de uma instituição pública de ensino centra-se em promover o bem-estar e desenvolvimento da sociedade, através da devolutiva para a sociedade dos saberes construídos na academia como forma de resolver questões inerentes das expressões da questão social.

O IFMT, ao investir em políticas voltadas para mulheres, reafirma seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e a construção de uma sociedade mais justa. Esses programas, além de favorecer a inclusão social, criam uma rede de apoio entre as participantes, fortalecendo a solidariedade e a troca de experiências. No entanto, é importante questionar se essas iniciativas, especialmente o Programa Teresa de Benguela, têm efetivamente promovido o empreendedorismo feminino.

1.2 Objetivos e Questão de Investigação

Baseando-se na questão apresentada foi traçado o seguinte objetivo principal: Analisar a trajetória e o impacto do Programa Teresa de Benguela do IFMT, como instrumento do empreendedorismo feminino no período de 2017 a 2022.

Os objetivos específicos são:

a) investigar como ocorreu a implantação do Programa Teresa de Benguela e sua trajetória no IFMT;

b) caracterizar as principais áreas de intervenção dos projetos locais, considerando as propostas aprovadas pelos Editais;

c) mapear os projetos locais concluídos e os resultados que foram produzidos, e as propostas não executadas/concluídas e suas causas;

d) examinar a continuidade das ações de projetos concluídos e a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres participantes, através do associativismo, cooperativismo e economia solidária;

e) identificar se projetos executados estimularam o envolvimento dos servidores e estudantes dos campi do IFMT sobre temáticas relacionadas a gênero.

A partir dos objetivos, levou-se a seguinte questão de investigação: o Programa Teresa de Benguela gerou impacto na sociedade mato-grossense, promovendo o empreendedorismo feminino?

1.3 Motivação

O debate sobre as questões de gênero tem crescido consideravelmente no Brasil. Esse movimento não apenas destaca a importância da igualdade de gênero, mas também impulsiona a criação de políticas públicas para a proteção das mulheres em diversas áreas, como saúde, educação e segurança. Essas políticas visam combater a violência de gênero, promover a equidade no mercado de trabalho e garantir direitos fundamentais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

As instituições de ensino têm um papel fundamental nesse processo de empoderamento feminino. O IFMT, em particular, passou a implementar uma política social de inclusão e igualdade de gênero para mulheres em situação de vulnerabilidade social em meados de 2011, com o lançamento do Programa Mulheres Mil. A partir de 2017, esse esforço foi ampliado com a introdução do Programa Teresa de Benguela, que visa estimular o empreendedorismo feminino.

Esses programas ganharam destaque na área da Extensão da instituição, recebendo não apenas visibilidade, mas também financiamento externo para a execução de suas ações. A atuação de diversos servidores foi essencial no desenvolvimento desses projetos, que

englobam atividades educativas, culturais e de capacitação profissional. Graças a essas iniciativas, muitas mulheres foram beneficiadas, adquirindo novas habilidades e conhecimentos, o que contribuíram significativamente para sua autonomia e inserção no mercado de trabalho.

Entretanto, devido à natureza intrínseca da administração pública, torna-se essencial observar os processos e práticas que garantem não apenas a eficiência administrativa, mas também a utilização adequada e responsável dos recursos disponíveis. Assim, a motivação deste estudo reside na investigação detalhada de como foi conduzida a gestão do Programa Teresa de Benguela, buscando compreender os métodos implementados, os desafios enfrentados e os resultados alcançados. Essa análise é fundamental para identificar boas práticas que possam ser replicadas em futuros programas, bem como para aprimorar a *accountability* e a transparência na administração pública.

1.4 Estrutura da Dissertação

Esta dissertação é composta por cinco capítulos e dois apêndices, conforme descrito a seguir:

Capítulo 1 - Introdução: É neste capítulo introdutório, encontram-se apresentados os objetivos, questões de investigação, hipótese e motivação da pesquisa.

Capítulo 2 - Fundamentação Teórica: No capítulo 2 são apresentados os conceitos teóricos necessários para o aprofundamento desta pesquisa.

Capítulo 3 - Metodologia de Investigação: No capítulo 3, encontra-se uma descrição da metodologia adotada para o desenvolvimento do índice para aferição das ações de sustentabilidade, e a coleta dos dados.

Capítulo 4 – Análise e Discussão dos Resultados: Nesta seção são apresentadas as análises e os resultados obtidos.

Capítulo 5 - Considerações Finais: Finalmente, no capítulo 5, encontram-se as conclusões desta pesquisa, limitações e sugestões para trabalhos futuros.

Apêndices: No Apêndice A, apresenta-se a Tabela dos Projetos executados pelo Programa Teresa de Benguela no período de 2017 a 2022.

No **Apêndice B** apresenta-se o roteiro de entrevista com os Gestores do Programa Teresa de Benguela.

Capítulo II – Fundamentação Teórica

Ao longo deste tópico apresenta-se os temas que fundamentam este estudo e que dão base para as análises e proposições. Os conceitos e autores tratam do Empreendedorismo feminino e a responsabilidade social de uma instituição pública de ensino, bem como a apresentação da instituição analisada, e ainda, a explanação sobre extensão universitária. Adentrando especificamente o objeto de estudo expõe-se a trajetória do Programa Teresa de Benguela no Instituto Federal de Mato Grosso- IFMT partindo da história da personagem que dá nome ao Programa e, posteriormente, a apresentação do Programa em si. O tópico finaliza com o debate sobre Gestão Social, focando na avaliação de programas sociais e o processo de tomada de decisão.

2.1 Empreendedorismo feminino e a promoção da autonomia econômica e financeira de mulheres

A Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável estabelece metas focadas na melhoria da qualidade de vida das pessoas e na preservação do planeta. Um dos objetivos que se alinha com o tema do Empreendedorismo Feminino é o Objetivo 5, que busca "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas". Este objetivo inclui a "adoção e fortalecimento de políticas sólidas e legislação para promover a igualdade de gênero em todos os níveis" (Objetivo 5.6c).

O empreendedorismo feminino desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades de gênero, pois as mulheres empreendedoras não só contribuem para o crescimento econômico, mas também atuam como agentes de mudança social, promovendo uma sociedade mais igualitária e inclusiva (Junior et al., 2021). Essa forma de empreender impacta diversos aspectos da estrutura social e familiar, além de complementar a renda. A entrada das mulheres no mercado de trabalho altera suas expectativas de vida, as dinâmicas familiares e as demandas por serviços públicos (Gomes, 2004).

Inicialmente, a inserção feminina no empreendedorismo foi modesta, impulsionada pelo crescimento do setor de serviços e pela terceirização, que motivaram mulheres a abrir pequenos negócios em áreas como comércio, alimentação, artesanato, vestuário e serviços (Carreira et al., 2001). No século XXI, as mulheres têm conquistado posições de liderança no mercado, embora ainda enfrentam a percepção de que cargos gerenciais são frequentemente associados a características masculinas (Silva et al., 2017).

As empreendedoras enfrentam desafios significativos, como a falta de autoconfiança, conflitos pessoais e familiares, além de dificuldades gerenciais ligadas a finanças e mercado (Alperstedt et al., 2014). Dessa forma, o processo de formação profissional associada ao empoderamento feminino pode ser uma estratégia eficaz para capacitar novas empreendedoras.

Além dos desafios da relação entre trabalho e família, surgem outros obstáculos no empreendedorismo feminino. Alguns são inerentes ao próprio ato de empreender, como falta de experiência, desconhecimento de mercado e escassez de recursos financeiros. Outros problemas estão ligados ao caráter feminino dos negócios. As opressões de gênero e raça podem dificultar que muitas mulheres, sejam mães, chefes de família ou autônomas, consigam alavancar suas microempresas.

Um dos principais desafios do empreendedorismo feminino é o empoderamento, que envolve superar as barreiras da opressão estrutural. Neste contexto, Bernardino (2014) destaca a importância do empreendedorismo social, pela premissa de localizar as suas atividades em ambientes desfavoráveis, e assim atenuar as assimetrias sociais e econômicas entre as regiões do território nacional.

Diante do exposto, compreende-se que o empreendedorismo é uma ferramenta de liberdade econômica e individual, instrumento de concretização de sonhos, de autorrealização, autoconhecimento e de transformação da realidade individual das mulheres e da sociedade. As mulheres são criativas, determinadas, fortes, as que mais investem nas famílias, na educação dos filhos, empregam outras mulheres, tornam-se referência para seu ciclo social e assim, tornam-se agentes de transformação da sociedade.

Diante disso, o empreendedorismo não só é compreendido como uma ferramenta de liberdade econômica e individual, mas também como um meio para realizar sonhos, promover autoconhecimento e transformar a realidade das mulheres e da sociedade. As mulheres são criativas, determinadas e resilientes; investem em suas famílias e na educação dos filhos, empregam outras mulheres e se tornam referências em suas comunidades, atuando como verdadeiras agentes de transformação social.

A realidade econômica brasileira aflige muitas mulheres que são responsáveis pelo sustento familiar, e acabam ficando marginalizadas, sem amparo e com a dignidade comprometida. Muitas dessas mulheres recorrem a programas sociais, muitas vezes governamentais, que visam oferecer melhorias em lacunas deixadas no campo social, causadas devido ao sistema econômico.

Essas iniciativas são necessárias, pois buscam dar mais oportunidades para mulheres que

foram privadas do seu direito à educação, contribuindo com sua qualificação, para que possam voltar ao mercado de trabalho formal, contribuindo assim, para a melhoria das condições de vida, geração de renda e busca pela autonomia das mulheres vulneráveis e chefes de família.

Outro aspecto importante para promover a autonomia econômica e financeira das mulheres é a Economia Solidária. Essa abordagem é caracterizada por um conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, que possuem um grau de democracia interna e priorizam a remuneração do trabalho em relação ao capital, seja no campo ou na cidade (Benini, 2011). A Economia Solidária representa uma nova vertente do movimento cooperativista, adaptando-se a uma fase do capitalismo marcada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho, sob a influência da globalização financeira.

2.2 Responsabilidade Social de uma instituição pública de ensino.

A responsabilidade das empresas evoluiu ao longo do tempo, expandindo-se além da mera geração de lucros para abarcar um conjunto mais amplo de responsabilidades, refletindo uma nova convicção sobre seu papel na sociedade (Agudelo et al., 2019). A responsabilidade social é mais do que um conceito, ela pode ser vista como uma postura que tem ganhado espaço nas empresas e instituições públicas. Trata-se de uma gestão ética que respeita todas as partes interessadas e busca o desenvolvimento sustentável, promovendo a diversidade e a redução das desigualdades.

As universidades e a sociedade precisam cada vez mais reconhecer e fomentar a capacidade transformadora das instituições de ensino público em relação à responsabilidade social. O conhecimento gerado nas universidades pode ser convertido em projetos educativos e comunicativos, abrindo as portas das instituições à comunidade e tornando-se um agente de transformação para mitigar problemas sociais em áreas vulneráveis, que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano.

Nas instituições públicas de ensino no Brasil, incluindo o Instituto Federal de Mato Grosso, a responsabilidade social é tratada por meio da Extensão Universitária, que se configura como uma ferramenta essencial para a democratização da universidade e do conhecimento produzido. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2025, as principais políticas que integram os compromissos do IFMT com o desenvolvimento econômico e social são:

- Fomentar a reflexão fundamentada no conhecimento adquirido dentro do ambiente

acadêmico, buscando a interação permanente e sistemática com a realidade social.

● Intensificar a parceria do IFMT com os diversos setores da sociedade como: prefeituras municipais e suas secretarias, empresas e indústrias locais.

● Implantar rede de programas, projetos e atividades planejadas de responsabilidade social e de sustentabilidade socioambiental, tanto por meio de iniciativas institucionais quanto pelas atividades acadêmicas e de extensão.

● Ofertar formação orientada para o mundo do trabalho, visando à inserção de egressos e comprometidos com a melhora do meio em que vivem.

● Desenvolver pesquisa aplicada aos arranjos locais de maneira que contribuam para o desenvolvimento econômico e social da sua região de abrangência.

● Desenvolver ações de incentivo ao empreendedorismo, proporcionando geração de empreendimentos pela comunidade interna e apoiando micro e pequenos empreendedores das comunidades interna e externa.

● Desenvolver ações de extensão e de investigação tecnológica e científica que contribuam para o desenvolvimento econômico e social da sua região de abrangência.

Nesse contexto, é fundamental entender a extensão como uma prática que possibilita o acesso à conhecimentos e experiências acadêmicas, permitindo que diversos segmentos sociais usufruam das instituições federais de ensino de forma direta e indireta.

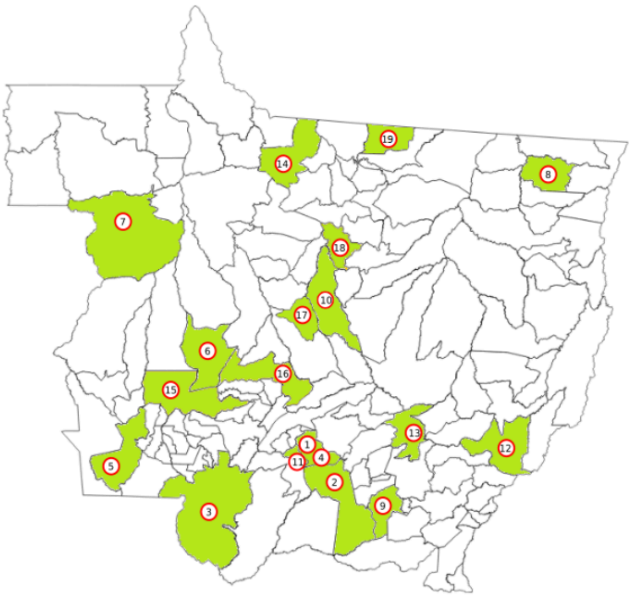
2.2.1 O Instituto Federal de Mato Grosso

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a partir da fusão de três autarquias: o Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres. Desde então, a instituição tem promovido um processo de expansão e interiorização. Vinculada ao Ministério da Educação, o IFMT possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFMT oferece educação superior, básica e profissional de forma pluricurricular e multicampi, com foco na educação profissional e tecnológica. A instituição atende aproximadamente 27 mil alunos em mais de 160 cursos, que incluem níveis de bacharelado, licenciatura, tecnologias, pós-graduação (especializações e mestrados), cursos técnicos (com ensino médio integrado, subsequente, concomitante e Proeja), educação a distância (UAB) e cursos de curta duração, como Formação Inicial e Continuada (FIC). O IFMT atua em todo o Estado de Mato Grosso, contando com dois campi avançados e 18

campi em funcionamento, demonstrada na figura

Figura 1. Campi do IFMT distribuídos pelo estado de Mato Grosso



Fonte: (IFMT, 2024)

Segundo os arts. 4º e 5º do Regimento Geral do IFMT, a administração da instituição se dá por meio da articulação entre a Reitoria, Pró-Reitorias, as Direções-Gerais dos campi, os Conselhos, os Órgãos Colegiados e demais órgãos de apoio, sob a coordenação e supervisão da Reitoria. A gestão no IFMT é caracterizada como democrática e participativa, entendendo que a organização escolar é um processo de tomada de decisões coletivas. Nesse modelo, os membros da comunidade escolar podem discutir e deliberar, estabelecendo relações de colaboração. A gestão pressupõe transparência nos processos e atos, mantendo um caráter público e aberto, e, ao mesmo tempo, reconhecendo as especificidades hierárquicas da instituição.

2.2.2 A Extensão como uma "nova sala de aula", para além dos muros da universidade

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras definiu a extensão como sendo

> (...) o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à

comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis e um conhecimento acadêmico PROEXT (2005).

Para entender esse processo, é importante analisar a trajetória da extensão universitária no Brasil. Em seu artigo na Revista da Proext, Pederneiras (2005) apresenta um panorama histórico, destacando os principais marcos que desenvolveram para a criação do Programa de Apoio à Extensão Universitária, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Trajetória da extensão universitária no Brasil

1911/1917- Universidade Passageira de São Paulo	Registra-se as primeiras atividades de extensão desenvolvidas de forma institucional no Brasil, em que ocorreriam aulas públicas sobre os temas mais variados, de forma aberta e sem ônus para a população.
Em 1931- Promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras	A extensão ainda apresentava-se como atividade esporádica, limitando-se, praticamente, a cursos oferecidos à sociedade.
Década de 60- 70- Período de Governos Militares	Financiamento de programas de ação comunitária em instituições públicas e privadas, com vistas à política de desenvolvimento nacional do governo. Neste período também houve um enfrentamento forte do Movimento Estudantil, que defendia nova visão do papel da universidade junto aos setores excluídos da sociedade.
1975- Implantação da reforma universitária	Entendimento de que ações de extensão se desenvolveram através de programas dissociados da função de transmissão e produção do conhecimento, ou seja, não estavam ligadas a atividades de ensino e pesquisa.
1986- Seminário de Extensão Universitária da Região Sul	Discussão sobre a diferenciação entre extensão e a prestação de serviços.
1987- Criação do FORPROEXT	O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras deu início à sistematização das atividades extensionistas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas.
1988- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Considerou a extensão universitária como atividade fundamental da universidade, ao lado do ensino e da pesquisa, formando o tripé: ensino, pesquisa e extensão.
2003- PROEXT- Programa de Apoio à Extensão Universitária.	Apoio à universidades públicas para o desenvolvimento de ações de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas focadas no resgate da cidadania, da solidariedade e do comprometimento social. Neste período foram lançados os primeiros editais voltados para o financiamento de programas e projetos de extensão.

Fonte: Elaboração própria

Santos (2024) explana que o documento elaborado pelo FORPROEXT e CONIF explicita também as 06 (seis) diretrizes para implementação da extensão profissional, científica e tecnológica, sendo:

> a) Contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
>
> b) Buscar interação sistematizada da RFEPCT[1] com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
>
> c) Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular;
>
> d) Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;
>
> e) Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável, em todas as suas dimensões;
>
> f) Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão.

Através dessas atividades compreende-se que a Extensão Universitária configura-se na Responsabilidade Social das instituições federais de ensino, uma vez que fazendo das IFES um centro de produção e transmissão de conhecimento, mas que interage com a sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento, além de realizar apontamentos para a solução de problemas sociais relevantes, como aponta Santos (2024),

> Os programas de extensão universitária, conduzidos por diversas universidades públicas brasileiras, trazem a marca da inclusão social, são geradores de conhecimentos importantes para a formulação de políticas públicas e promovem significativa interação entre a universidade e as comunidades de seu entorno.

Para que as atividades propostas sejam efetivas, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das

[1] A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) é composta por 64 instituições, sendo 38 Institutos Federais (IF's), 2 CEFET's, 22 escolas técnicas vinculadas a universidades, 1 universidade tecnológica (UTFPR) e o Colégio Pedro II.

Universidades Públicas Brasileiras aponta a importância do monitoramento de indicadores e avaliação das ações de extensão profissional, através de sistemas informatizados para registro e acompanhamento das ações.

Santos (2024) estabelece uma projeção entre a extensão universitária e a Terceira Missão das universidades europeias, que surgiu em resposta à crescente demanda por ações que contribuam para o desenvolvimento social, econômico e cultural especialmente pela transferência de conhecimentos e tecnologias, o que ocorreu em meio a ascensão da economia do conhecimento, a globalização, a crise financeira e a crise ambiental alargando as missões da universidades (Compagnucci & Spigarelli, 2020 *apud* Santos 2024).

No Instituto Federal de Mato Grosso, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2019-2025, as ações de extensão visam

> aprofundar os vínculos existentes entre o IFMT e a sociedade, com o propósito de alcançar novas alternativas de transformação da realidade mediante ações que fortaleçam a cidadania. A intervenção das atividades de extensão deve ocorrer de forma participativa e dialógica, tendo como ponto de partida o conhecimento da realidade local, contemplando a essência da missão do IFMT.

Com base no exposto, pode-se concluir que a extensão universitária envolve uma interlocução transformadora da sociedade em articulação com o ensino e a pesquisa, com foco em áreas como educação, trabalho, geração de renda, desenvolvimento sustentável e valorização de culturas locais. Esse processo não só enriquece a formação dos estudantes por meio da participação ativa dos discentes, mas também contribui para o desenvolvimento da comunidade externa.

2.2.3 Programa Teresa de Benguela: inclusão de mulheres em vulnerabilidade através do empreendedorismo

A origem de Teresa de Benguela permanece incerta, podendo estar ligada a algum país africano ou ao Brasil. Ela viveu no século XVIII (entre 1740 e 1750) e era casada com José Piolho, que liderava o Quilombo do Quariterê, localizado na região do Vale do Guaporé (Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, na atual fronteira entre Mato Grosso e Bolívia). Após o assassinato de seu marido por soldados do Estado, Teresa assumiu a liderança do quilombo, onde a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas.

O Quilombo, de difícil acesso, tornou-se o local ideal para que Teresa organizasse um forte sistema de defesa e estabelecesse um parlamento, com reuniões semanais para discutir as

ações da comunidade, que se sustentava da agricultura, cultivando algodão, milho, feijão, mandioca e banana, além de vender os excedentes.

Sob sua liderança, Teresa gerenciou a estrutura política, econômica e administrativa do quilombo, mantendo um sistema de defesa com armas obtidas através de trocas ou furtos de vilas próximas. Os objetos de ferro que eram utilizados contra a comunidade foram transformados em ferramentas de trabalho, uma vez que eles dominavam o uso da força. Essas ações desafiaram o governo escravagista e os administradores coloniais.

O Quilombo enfrentou ataques e resistiu até 1770, quando foi finalmente destruído. Na época, sua população era composta por 79 negros e 30 indígenas. Não há registros claros sobre a morte de Teresa; uma versão sugere que ela se suicidou após ser capturada por bandeirantes a mando da capitania do Mato Grosso, enquanto outra afirma que ela foi assassinada e sua cabeça exposta no centro do Quilombo.

Em reconhecimento à importância de Teresa de Benguela, a Lei nº 12.987/2014 foi sancionada em junho de 2014, estabelecendo o dia 25 de julho como o "Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra". Essa medida destaca seu empoderamento como mulher negra e rebelde, que lutou ativamente contra a escravidão e pela liberdade, tornando-se um símbolo de força e liderança.

Como forma de homenagear esta personalidade tão influente na história de Mato Grosso o IFMT criou um Programa de Extensão voltado à inclusão de mulheres em vulnerabilidade através do empreendedorismo. A proposta do Programa surgiu como uma forma de dar continuidade nas ações e atender o público assistido pelo extinto Programa Mulheres Mil[2], que havia alcançado resultados significativos nos campi onde fora executado. O Programa foi instituído através da Resolução Nº 046 de 18 de outubro de 2019, no entanto, as ações tiveram início no ano de 2017, por meio da Ativa Incubadora de Empresas[3] do Instituto Federal de Mato Grosso.

[2] O Programa Mulheres Mil fez parte das ações do programa Brasil Sem Miséria (2011-2014), articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema, estabelecida pelo governo federal. O Programa Mil foi uma política social de inclusão e gênero, para que mulheres em situação de vulnerabilidade social tivessem acesso à educação profissional, ao emprego e renda. No IFMT, as atividades do programa ocorreram no período de 2011 a 2014 alcançando um total de 1.284 Mulheres Atendidas.

[3] A incubadora de empresas é um Programa vinculado à Pró-reitoria de extensão, criado com o objetivo de promover empreendimentos inovadores, oferecendo suporte a empreendedores para que eles possam desenvolver ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso. Para isso, oferece infraestrutura e suporte gerencial, orientando os empreendedores quanto à gestão do negócio e sua competitividade, entre outras questões essenciais ao desenvolvimento de uma empresa. Resolução nº 84/2017 do CONSUP.

Figura 2. Programa Teresa de Benguela

Fonte: IFMT (2024). Programa de Extensão Teresa de Benguela. https://proex.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/programa-de-extensao-teresa-de-benguela/

O Programa busca criar produtos e serviços liderados por mulheres, de maneira a combater a desigualdade de gênero e contribuir para o empoderamento feminino e para a evolução humana. Nessa perspectiva, o Programa Teresa de Benguela, uma das políticas públicas voltadas para a promoção de renda, tem sido uma iniciativa para o empoderamento e autossuficiência de mulheres no Estado de Mato Grosso.

Os principais objetivos traçado para o programa definiram-se em:

a) Gerar produtos, negócios e empreendimentos liderados por mulheres;

b) Contribuir na promoção da autonomia econômica e financeira de mulheres em vulnerabilidade social;

c) Promover a igualdade de gênero, considerando a dimensão étnico-racial;

d) Contribuir na promoção do empoderamento feminino e combate à violência contra a mulher.

Segundo Junior (2021), o Programa Teresa de Benguela busca cumprir um importante papel como política pública reparadora, porque, ao capacitar mulheres para conhecimentos profissionais específicos, estimula e colabora para a emancipação delas por meio da educação, capacitação e da elevação de renda, possibilitando a elas maior poder de decisão, maior capacidade de fazer escolhas e, sobretudo, maior autonomia. O Programa tornou-se um forte aliado para a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho por meio do empreendedorismo, cumprindo seu papel social de apoio a elas, pois

todos os cursos são permeados de discussões de gênero, empoderamento e autoconfiança. (Junior, 2021).

Figura 3. Princípios do Programa Teresa de Benguela

Fonte: IFMT (2024)

Conforme a Resolução nº 46/2019, o Programa Teresa de Benguela é composto em três fases subsequentes sendo:

Fase I – Formação empreendedora de mulheres em vulnerabilidade social: projetos extensionistas com componentes curriculares indissociáveis que buscam a promoção do autoconhecimento, motivação, liderança, desenvolvimento de competências, habilidades, técnicas, tecnologias e produtos, pelo empreendedorismo e inovação, objetivando elevação de renda e contribuir ao empoderamento de mulheres em vulnerabilidade social;

Fase II – Pré Incubação de ideias, negócios e empreendimentos de mulheres em vulnerabilidade social: projetos extensionistas geridos pelos Núcleos Incubadores da ATIVA Incubadora de Empresas do IFMT, destinados às egressas da Fase I do Programa, que consiste em prover ferramentas, serviços e apoio institucional às ideias promissoras e com viabilidade técnica e mercadológica que possam evoluir para futuros negócios e empreendimentos abrigados, preferencialmente, em incubadoras de empresas;

Fase III – Incubação de empreendimentos e empresas: projetos extensionistas geridos pelos Núcleos Incubadores da ATIVA Incubadora de Empresas do IFMT, destinados às egressas da Fase I e/ou II do Programa, que consiste em prover ferramentas, serviços e apoio institucional a negócios ou empreendimentos com viabilidade técnica e mercadológica.

O Programa prevê ainda a promoção de ações pontuais de sensibilização das pessoas sobre temáticas relacionadas a gênero, bem como a oferta de serviços de assistência técnica, apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo, economia solidária, comércio, cidadania, sempre destinado à mulheres em vulnerabilidade social.

O Programa foi criado em 2017 e, desde então, é executado por meio de projetos, que são selecionados anualmente a partir de editais. Até o ano de 2019, segundo a Proex, O programa Teresa de Benguela atingiu os seguintes resultados:

Figura 4: Resultados parciais do Programa Teresa de Benguela

Fonte: IFMT (2024)

Segundo o site do Programa, para garantir a qualidade do programa e visando que as ações todos os projetos sejam executadas conforme os objetivos, princípios e diretrizes do Programa, anualmente é feita uma capacitação com todos os coordenadores de projeto selecionados nos respectivos editais. Nestas capacitações, além do alinhamento pretendido, também é discutido o programa como um todo, suas possibilidades de integração e levantados pontos de melhorias.

2.3 *Accountability* na Avaliação de Políticas Públicas

Para Soistak (2021), o conceito de Administração Pública, em seu sentido material, refere-se ao conjunto de atividades realizadas pelo Estado para atender aos interesses coletivos dentro do regime de direito público. O principal objetivo da Administração Pública é defender o bem comum por meio da gestão dos bens e interesses da comunidade nas esferas federal, estadual e municipais. Este modo de gestão é denominado como

accountability, sendo a forma de promover a legitimidade e a efetividade da atuação do poder público.

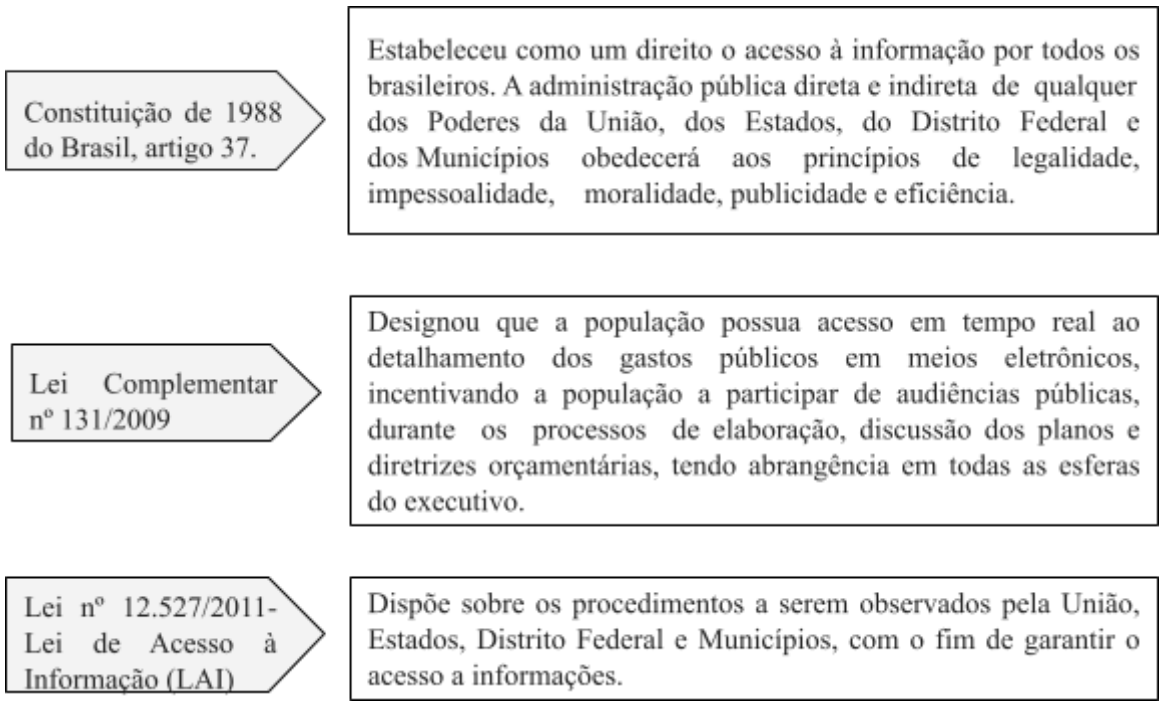
A *accountability* é um princípio fundamental da gestão pública, voltada para garantir a transparência e a responsabilização dos gestores públicos pelas suas ações e decisões, que se refere à obrigação dos gestores públicos de prestar contas de suas ações e decisões e de serem responsabilizados por eventuais irregularidades. Em suma, a *accountability* é a capacidade de um gestor público de explicar suas decisões, ações e resultados para a sociedade, de forma transparente e acessível, contribuindo para a confiança da sociedade nas instituições governamentais. Além disso, a *accountability* também é um instrumento importante para promover a participação cidadã na gestão pública, permitindo que a sociedade acompanhe e avalie o desempenho dos gestores públicos, especialmente na execução de políticas públicas.

O conceito de *accountability* aproxima-se ao que Tenório (1998) denomina como gestão social, que deve ser praticada como um processo intersubjetivo e dialógico, no qual todos têm direito à fala, corroborando com Rodrigues et al. (2024), que explica que esse sistema permite que os cidadãos exerçam uma voz ativa na definição de políticas e programas governamentais, garantindo que estes estejam alinhados com as necessidades reais da população.

A *accountability*, que abrange a prestação de contas e a transparência na gestão pública, ganhou destaque como uma forma de garantir a legitimidade e a efetividade da atuação do poder público. Esses aspectos são fundamentais para o controle social, pois contribui para a transparência e a responsabilização do Estado. Pereira (2014) afirma que a promoção da transparência e do acesso à informação é uma medida essencial para o fortalecimento do controle social e da democracia, e por decorrência, para a melhoria da qualidade da gestão pública.

No Brasil, o controle social passou a ter um papel importante principalmente com a promulgação da Constituição de 1988, o que desencadeou a criação de diversos mecanismos que favoreceram a participação popular na gestão pública. A seguir, vemos a trajetória histórica na adoção de medidas para promoção da transparência da administração pública.

Figura 5. Trajetória histórica para implantação da LAI



Fonte: Elaboração da Autora (2024).

A Lei no 101/2000 estabeleceu a transparência como a ampla divulgação dos atos de gestão pública complementando que ela é garantida pela promoção da participação social. Soistak (2021) explica que, através desta lei a transparência da informação pública ganhou mais relevância, assumindo significativa importância na responsabilização pública, propiciando uma prestação de contas transparente, pelo gestor público, referente à condução das ações governamentais, além de possibilitar um alinhamento entre os interesses do cidadão e do Estado, visando ao bem-estar social.

O Monitoramento é uma atividade regular de acompanhamento de processos-chave previstos na lógica de intervenção de um programa e que permite rápida avaliação situacional e identificação de anormalidades na execução deste, com o objetivo de subsidiar a intervenção oportuna e a correção tempestiva para garantir a obtenção dos resultados e impactos que ele deve provocar (Jannuzzi, 2011).

As dificuldades no monitoramento e na avaliação de programas no Brasil e as frustrações daí decorrentes devem-se, em primeiro lugar, à utilização de modelos muito específicos e regras padronizadas, sem a devida customização que deveriam ter feito em função do estágio de maturidade dos programas, ou do momento do "ciclo de vida" em que se encontram, ou mesmo por conduzi-los sem o exame prévio do grau de avaliabilidade dos programas (Jannuzzi, 2011).

O professor Eduardo Sá Silva (2022) explica que, para o gestor possa analisar a situação econômico-financeira de uma empresa, e aqui retrata-se uma instituição pública, torna-se necessário recorrer a um conjunto de indicadores, que devem ser analisados cuidadosamente de forma a conseguir informações mais precisas, ou seja, tomada de decisões importantes com base em apenas alguns indicadores tornar-se-á sempre perigosa, mesmo para gestores muito experientes.

Os indicadores na avaliação de políticas públicas são ferramentas fundamentais para medir e analisar o impacto, a eficácia e a eficiência dessas políticas, permitindo uma avaliação objetiva do seu desempenho em relação aos objetivos propostos. Silva (2022) descreve as seguintes características de indicadores, para que estes sejam bons instrumentos de gestão:

- ➢ Ser claro, transmitir informação simples de interpretação e confiável sobre o evento a analisar;
- ➢ Pertinência para a gestão, nomeadamente, que seja útil para o destinatário na tomada da decisão;
- ➢ Fácil de obter, mediante o acesso intuitivo a uma aplicação informática. Muitas vezes, indicadores mais simples são mais do que suficientes para apoiar a gestão;
- ➢ Credibilidade do resultado. As fontes de informação devem ser credíveis ou que tenham um processo de registo protegido de eventuais erros;
- ➢ Ter a sua unidade de medida corretamente identificada: números absolutos (n.º), percentagens (taxas de crescimento, pesos) (%), dias, horas, valores...;
- ➢ Alinhados com as metas departamentais e pessoais, no âmbito da estratégia previamente definida, ou seja, os indicadores devem possibilitar a ligação entre os objetivos, as metas e os orçamentos;
- ➢ Possibilidade de benchmarking (ponto de referência), ou seja, serem comparáveis com outras atividades, unidades de negócios e entidades externas.

Essas características devem compor os relatórios consolidados, documento que reúne informações e dados de diferentes fontes ou setores, apresentando uma visão abrangente de determinado tema ou desempenho de uma organização. Silva (2022) esclarece que

> Por meio dos relatórios não financeiros, as empresas comunicam o seu desempenho em vários aspetos, tais como parâmetros ambientais, sociais e de governo. Isto permite às empresas serem mais transparentes sobre os riscos e oportunidades que enfrentam, possibilitando que os utentes da informação

tenham uma visão mais alargada sobre o desempenho além dos resultados financeiros (Silva, 2022).

Um relatório consolidado é um geralmente utilizado para análise e tomada de decisão, sendo comum em ambientes corporativos, financeiros ou de gestão de projetos. Soistak (2021) descreve que o processo de tomada de decisão pode ser fundamentado em quatro etapas essenciais. Essas etapas são:

Tabela 2: Etapas do processo de decisão

Análise e definição do problema	Compreender a questão principal é o primeiro passo essencial. Essa etapa é crucial, pois a decisão a ser tomada deve estar alinhada com o problema identificado. Caso contrário, aumenta-se a probabilidade de uma escolha insatisfatória, que pode não levar à solução desejada. Portanto, é importante definir o problema de maneira clara e detalhada para facilitar a melhor decisão possível.
Coleta de Dados	Embora a identificação do problema seja uma etapa crucial na tomada de decisões, a coleta de dados é igualmente importante. Sem informações, a equipe decide sem clareza, aumentando a probabilidade de erro; nesse contexto, os dados funcionam como sinais orientadores. Atualmente, com o avanço da tecnologia, temos à disposição ferramentas que oferecem dados confiáveis, essenciais para fundamentar as decisões.
Identificação das alternativas	Após identificar o problema e coletar os dados, é fundamental priorizar as alternativas com base em critérios e valores pertinentes à situação. Por fim, você pode optar por uma combinação de diferentes opções. Ao enfrentar esse desafiador processo de seleção, ficará mais evidente quais caminhos oferecem as melhores chances de alcançar seu objetivo.
Escolha e decisão da melhor opção	Depois de avaliar as alternativas e suas consequências, as informações obtidas ajudam a tomar a melhor decisão. Contudo, uma vez que a escolha foi feita, é crucial acompanhar os resultados para garantir sua eficácia na resolução do problema. Se o processo decisório não atender à necessidade identificada, pode ser necessário revisitar algumas etapas.

Fonte: Elaboração da Autora com base (Soistak, 2021).

Essas etapas, quando seguidas de forma sistemática, podem aumentar a eficácia do processo decisório e ajudar a minimizar riscos. Para Ribeiro (2015), os indivíduos envolvidos no processo de tomada de decisão podem ser considerados um grande diferencial competitivo, já que são peça chave para o sucesso ou fracasso de uma organização.

A análise estratégica se torna mais eficaz quando associada ao relatório não financeiro, visto que, este deve estar “orientado para o futuro", fornecendo uma visão da estratégia da empresa. Deve evidenciar como é que os diversos fatores afetam a capacidade da empresa em gerar valor. Como é que a empresa responde aos legítimos interesses das partes interessadas (Silva, 2022). Assim, a sociedade pode acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e o desempenho das instituições governamentais, os procedimentos de transparência e o processo de tomada de decisão.

Capítulo III – Metodologia de Investigação

Segundo Selltiz et al. (1965), enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Nem sempre há a necessidade de formulação de hipóteses nesses estudos. Eles possibilitam aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, criar novas hipóteses e realizar novas pesquisas mais estruturadas. Nesta situação, o planejamento da pesquisa necessita ser flexível o bastante para permitir a análise dos vários aspectos relacionados com o fenômeno.

Para Oliveira (2011), os estudos exploratórios, geralmente, são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias. O autor justifica que,

> Esses trabalhos são conduzidos durante o estágio inicial de um processo de pesquisa mais amplo, em que se procura esclarecer e definir a natureza de um problema e gerar mais informações que possam ser adquiridas para a realização de futuras pesquisas conclusivas. Dessa forma, mesmo quando já existem conhecimentos do pesquisador sobre o assunto, a pesquisa exploratória também é útil, pois, normalmente, para um mesmo fato organizacional, pode haver inúmeras explicações alternativas, e sua utilização permitirá ao pesquisador tomar conhecimento, senão de todas, pelo menos de algumas delas. (Zikmund, 2000, citado por Oliveira, 2011, p. 21).

A abordagem adotada para o desenvolvimento desta pesquisa foi de natureza da pesquisa qualitativa. Segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências.

Para Gil (1999), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

O método de investigação adotado neste trabalho é o estudo de caso, uma vez que este se caracteriza por ser uma abordagem que permite uma análise aprofundada de uma unidade específica de investigação (Triviños, 1987). De acordo com Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que possui uma vantagem específica quando se formulam questões do tipo ‘como’ ou ‘por que’ sobre um conjunto de eventos contemporâneos sobre os quais o pesquisador tem pouco ou nenhum controle.

3.1 Escolha dos informantes

O público-alvo definido para participar da pesquisa foram aqueles considerados relevantes para a criação e a gestão do Programa Teresa de Benguela e que atuaram na Reitoria do IFMT no período de 2017 a 2022.

Participaram da pesquisa quatro gestores do Programa, porém, cada informante se deteve ao período em que esteve responsável pelo Programa. Através deste público, foi possível identificar as motivações e a compreensão da implantação do Programa no Instituto Federal de Mato Grosso.

Também foram levantadas informações junto aos coordenadores locais de projetos aprovados nos processos seletivos via Edital e que executaram as ações no período de 2017 a 2022. Estes sujeitos puderam fornecer dados que contribuíram para avaliar o Programa no período que foi delimitado. Os coordenadores de projetos locais, distribuídos por vários campi do IFMT, foram contatados através do e-mail institucional.

No primeiro momento, o universo da pesquisa considerado consistiu em 65 (sessenta e cinco) projetos locais aprovados no período de 2017 a 2022, conforme consta no site oficial do Programa, o que refletiria em uma amostra de 30% de projetos aprovados nos editais. Sendo assim, os informantes considerados para a pesquisa seriam cerca de 20 (vinte) coordenadores de projetos locais.

No decorrer da pesquisa, foi identificado que, no período de 2017 a 2022, foram aprovados 44 projetos locais. Dessa forma, uma amostra de 30% corresponderia a 13 projetos. No entanto, ao final da aplicação do questionário chegou-se ao total de 22 (vinte e duas) respostas coletadas.

3.2 Definição dos instrumentos de coleta de dados

Com o objetivo de responder às questões da pesquisa, para a coleta de dados foram utilizadas as diferentes técnicas, tais como: entrevista, o questionário, a observação e a pesquisa documental. A escolha destas técnicas de coleta de dados foi bastante adequada

para a obtenção de informações, pois assim foi possível perceber o que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta.

Para os coordenadores locais de projetos, foi definida a aplicação de questionários on-line. O instrumento foi estruturado com perguntas abertas e fechadas, sem a obrigatoriedade de responder a questões que desconheciam. A escolha deste instrumento se deu devido à complexidade de logística da Instituição, que conta com 22 unidades do IFMT espalhados nas várias regiões do Estado do Mato Grosso. A aplicação via Google Forms possibilitou a coleta de dados mais eficaz junto aos servidores.

Para os gestores do programa, foi definida a aplicação de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas. Este instrumento foi considerado o mais adequado para este estudo, uma vez que, as entrevistas semiestruturadas podem ser definidas como uma lista das informações que se deseja de cada entrevistado, mas a forma de perguntar (a estrutura da pergunta) e a ordem em que as questões são feitas variaram de acordo com as características de cada entrevistado (Triviños, 1987).

Para a aplicação da pesquisa foi necessário submeter o projeto ao aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFMT, conforme os requisitos da Resolução 510/2016, momento em que são considerados vários aspectos que podem interferir no andamento do estudo, como a indicação que a pesquisa não envolve riscos diretos ou danos físicos ou psicológicos, no sentido de não causar como constrangimento ou desconforto ao responder a algumas questões. O CEP exige que o pesquisador comprometa-se a prestar completo acompanhamento e assistência aos participantes em caso de danos materiais ou imateriais decorrentes de sua participação no estudo.

Os instrumentos para coleta de dados só foram aplicados após a obtenção do parecer favorável do CEP. A pesquisa foi registrada sob o registro CEP IFMT (CAAE): 77153224.8.0000.8055.

3.3 Aplicação dos instrumentais de pesquisa

Os coordenadores locais de projetos foram contatados via e-mail institucional do IFMT com uma breve apresentação da Pesquisa e os motivos pelos quais a(o) servidora(o) estava sendo convidada para o estudo. Na mensagem também constava o link do Google Forms. No ato de acesso ao questionário on-line, o Termo de Compromisso Livre Esclarecido foi apresentado no início do instrumental e a confirmação da participação se deu ao final do preenchimento.

A dificuldade na aplicação do questionário ocorreu no período da greve dos servidores públicos federais da educação, momento em que os informantes estavam ausentes das suas atividades e, muitos sem acessar seus e-mails institucionais, canal por onde foram contactados. Assim, com vistas a atender o cronograma da pesquisa, foi necessário delinear uma estratégia para contatar os coordenadores locais de projeto, sendo necessário mapear servidores parceiros lotados nos campi do IFMT que pudessem realizar o convite para que os informantes pudessem responder o questionário. A estratégia mostrou-se eficaz, permitindo não apenas cumprir, mas superar a meta de aplicação de questionários.

Se tratando da aplicação das entrevistas, a princípio, as entrevistas ocorreriam presencialmente, no entanto, devido aos eventos institucionais vivenciados no momento da coleta de dados, principalmente a greve dos servidores públicos federais da educação, foi necessário redimensionar a estratégia, e assim, todas as entrevistas foram realizadas via plataforma de videochamadas e reuniões Google Meet. Para esta mudança, houve a consulta e comunicação à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFMT.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos informantes e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi enviado via email e posteriormente devolvido com a assinatura eletrônica do Gov.br. O roteiro da entrevista foi dividido em cinco partes, sendo: 1) identificação; 2) Sobre o programa Teresa de Benguela; 3) Monitoramento; 4) Avaliação e 4) Resultados do Programa.

3.4 Sistematização

Para sistematização dos dados coletados, organização e apresentação dos resultados obtidos, foram utilizados os conteúdos trabalhados nas unidades curriculares Tratamento e Análise de Dados e Metodologia Científica, além das próprias ferramentas disponibilizadas pelo Google, sendo possível alcançar os objetivos definidos para este estudo.

Capítulo IV – Análise e Discussão dos Resultados

Neste capítulo, serão apresentados os resultados obtidos por meio dos instrumentos de pesquisa, seguidos da análise e discussão desses resultados. Para estruturação deste tópico a seguir foram analisadas as informações repassadas pelos gestores do Programa através da aplicação da entrevista semi estruturada, e também as informações coletadas via questionário on-line com os coordenadores de projetos locais do Programa Teresa de Benguela. O intuito das questões levantadas foi de responder às questões que não estão respondidas nos canais oficiais de comunicação do IFMT, em relação à gestão do Programa em foco.

4.1 A implantação do Programa Teresa de Benguela e sua trajetória no IFMT

Para compreender como o Programa Teresa de Benguela foi desenhado e suas motivações e objetivos foram traçadas questões com o intuito de perceber o que os entrevistados sabem sobre o processo de criação. Na sistematização dos dados observou-se que algumas informações se repetiam, sendo assim, foram consideradas as respostas mais significativas dos informantes.

Questionados sobre como surgiu a proposta de criação do Programa Teresa de Benguela os quatro entrevistados justificaram que esta iniciativa teve a intenção de suprir uma lacuna deixada pelo Programa Mulheres Mil e assim "*pensar em um programa de profissionalização de mulheres para permitir que pudesse se inserir mulheres no mercado, incentivando o empoderamento feminino. E1*.

O entrevistado E2 justificou que o Programa foi vinculado à Ativa Incubadora do IFMT.

> E2. "A nossa ideia era trazer algo diferente do formato que era o Mulheres Mil. Então a gente queria ao mesmo tempo dar continuidade a uma política que existia lá atrás, nascida pelo governo, mas com uma pegada mais focada no empreendedorismo".E2 ainda explica que o enfoque era "trazer capacitação de mulheres em risco, vulnerabilidade, porém nós queríamos dar um enfoque no empreendedorismo, na geração de renda. Que no nosso entendimento, as mulheres faziam, mulheres não, e acabava ali a relação delas com a instituição, que jogava ela para empreender e a gente tem que dizer que não era dessa forma Algo que ele que pudesse, de fato, gerar renda para elas. Esse era o diferencial.

Com vistas a compreender a viabilidade da proposta, os entrevistados foram indagados sobre como foi realizado o levantamento de demanda para criação do Programa. Observou-se que não houve um levantamento formal de demandas. O E1 explicou que *"foi meio que uma convergência natural de algumas outras ações que já vinham trabalhando na Pró-Reitoria de Extensão"*. Destaca-se que, a coleta de dados junto às coordenações locais de extensão dos campi foi fundamental para esta construção, uma vez que, estes apresentavam os relatos das participantes dos programas de extensão executados, fundamentando a oferta dos projetos de extensão. O E2 explicou que "*a gente sempre dialogou muito com as comunidades, a gente promovia reuniões, teve demanda que a comunidade trazia para a gente"*.

Sobre os objetivos do Programa Teresa de Benguela, para além daqueles definidos na Resolução nº 46, os gestores compreendem que a finalidade é apoiar na superação da vulnerabilidade feminina e trabalhar o empoderamento feminino.

O E1 relatou que,

> "Muitas mulheres que participaram do programa nunca ouviram a palavra empoderamento". "Sair de casa e ir para outro espaço era um alívio, uma oportunidade de liberdade, sair de um contexto tóxico que elas viviam, né, encontrar presencialmente outras mulheres era a oportunidade de fazer vínculos, trocar ideias, de presenciar outras realidades, de entender que aquilo que elas viviam, às vezes não era normal. Houve relatos de mulheres que sofriam violência emocional, física dentro de casa, mas que estavam 24 horas dentro de casa, e quando elas saíam e conversavam com outras mulheres, ouviam exemplos de mulheres que elas julgavam fortes, como as professoras do curso, a própria história da teresa de Benguela que a gente sempre conta no início dos projetos, ai ela falava: professora eu vi que aquilo que eu vivia não era normal, porque fulana, a colega ali não achava normal, ela não vivia, a professora quando eu contei ficou assustada".

Deste modo, entende-se que o intuito do Programa foi de aprimorar as experiências adquiridas pelo Programa Mulheres Mil, no entanto o desenho da proposta estava centrado em desenvolver os empreendedorismo feminino no estado de Mato Grosso. Vale ressaltar que, o IFMT dispõe de Relatórios Consolidados do Programa Mulheres Mil que estão armazenados na página no Programa no Site do IFMT e estão à disposição para apreciação.

4.2 Caracterização das áreas dos projetos locais do Programa Teresa de Benguela

Os entrevistados foram questionados sobre a caracterização das dos projetos locais do Programa Teresa de Benguela, de como eram definidas as áreas de atuação das propostas a As respostas foram unânimes, dando conta que *"na maioria das vezes, era baseada na demanda social, que a gente se atualizava sobre o mundo de diversidade, do feminino, a gente tentava tematizar, uma sensibilização junto à coordenação local de extensão.* Ou seja, no decorrer dos demais Programas de Extensão do IFMT foram identificadas áreas em potenciais para execução de ações de extensão e essas demandas era repassada para os gestores no momento das reuniões, como explica o E1, "*além dos coordenadores de extensão, o gestor do programa, também entra em contato com todos os coordenadores de projetos. Havia um grupo no WhatsApp onde o diálogo era fluido, aberto, e a gente tinha reuniões periódicas.*

Através de levantamento de informações com os coordenadores de projetos locais foi possível observar o seguinte perfil desses agentes:

Tabela 3. Perfil dos coordenadores de projetos locais do Programa Teresa de Benguela

Faixa etária	A maioria está concentrada entre 40 e 50 anos, totalizando 46% dos participantes. A seguir, 23% pertencem à faixa etária de 29 a 39 anos, enquanto 18% têm entre 51 e 60 anos.
Nível de escolaridade	Predominância de coordenadores que possuem mestrado, sendo 50% dos informantes, outros 23% são doutores e 23% possuem algumas especialização (lato sensu) e 4% são pós-doutores;
Formação acadêmica	38% tem licenciaturas; 34% são assistentes sociais, pedagogos e administradores; 28% distribuídos em: Direito, Economia, Engenharias, Psicologia e Técnico em Alimentos.
Carreira do seu cargo efetivo no IFMT	54% são Magistério do Ensino Básico,Técnico e Tecnológico 46% são Técnico-administrativo em Educação
Cargo de concurso no IFMT	54% Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico 30% Assistentes Sociais, Assistente de alunos e Técnico em Assuntos Educacionais 16% distribuídos em: Administrador, Psicóloga, Técnica em Alimentos e Tecnólogo em Gestão Pública.

Tempo de serviço no IFMT	51% 11 a 14 anos 37% tem de 8 a 10 anos 8% entre 16 e 17 anos 4% até 5 anos

Fonte: Elaboração própria

Sobre a faixa etária dos informantes, os dados indicam que os servidores com mais vivência institucional apresentam um interesse significativo em participar de atividades externas ao tema do gênero, o que pode refletir uma maior disposição para discutir e se envolver em questões sociais e de equidade. Essa tendência sugere a importância de direcionar iniciativas e programas que abordem o tema gênero, considerando a experiência profissional e as perspectivas desse grupo. Pode-se observar também os campus de lotação dos coordenadores que se disponibilizaram em participar da pesquisa.

Tabela 4. Campus de lotação dos coordenadores de projetos locais do Programa Teresa de Benguela

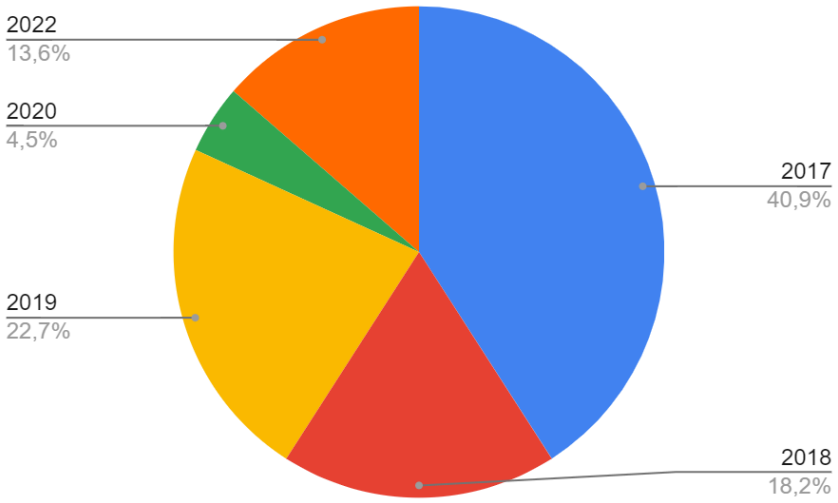
LOTAÇÃO	Qde	%
Campus Avançado de Lucas do Rio Verde	1	4%
Campus Avançado de Sinop	1	4%
Campus Avançado de Tangará da Serra	1	4%
Campus Barra do Garças	3	14%
Campus Cáceres	2	10%
Campus Campo Novo do Parecis	2	10%
Campus Cuiabá- Bela Vista	1	4%
Campus Juína	3	14%
Campus Pontes e Lacerda	3	14%
Campus Primavera do Leste	1	4%
Campus São Vicente	1	4%
Total	**22**	**100%**

Fonte: Elaboração própria

Este dado reflete a dificuldade de abordagem aos coordenadores de projetos locais, uma vez que, devido às questões logísticas, a ferramenta mais adequada para o levantamento dos dados foi o questionário on-line, no entanto, observa-se um fenômeno institucional que se dá pela falta de aderência dos servidores em participarem de pesquisas. Na Tabela observa-se que parte significativa de informante foi do campus ao qual a pesquisadora está

lotada (Campus Barra do Garças), devido a possibilidade de contato direto com os informantes.

Figura 6. Período de execução do projeto pelo Programa de Extensão Teresa de Benguela



Fonte: Elaboração própria

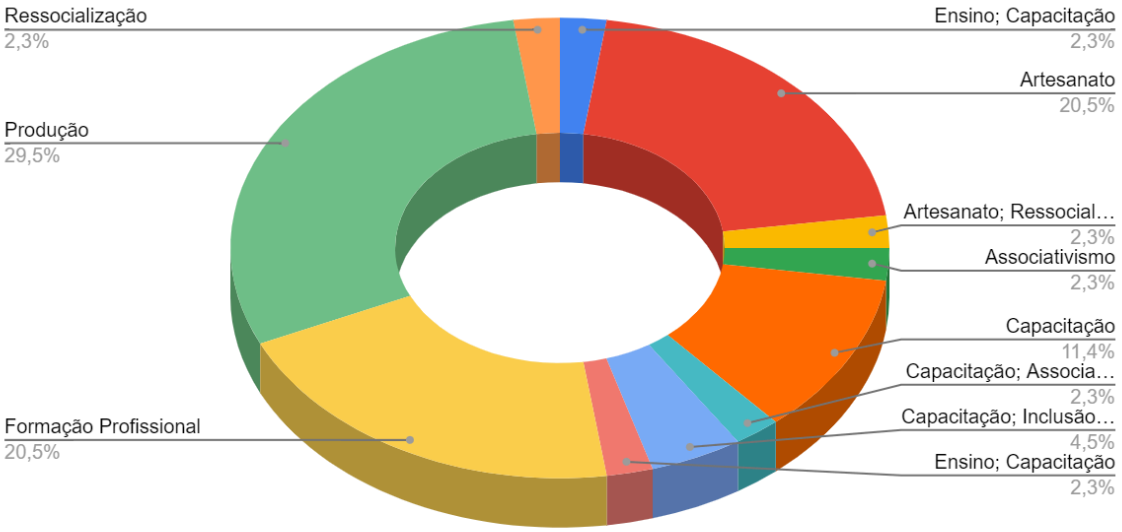
Através do mapeamento dos resumos de projetos locais disponibilizados no site da Pró-Reitoria Extensão, por meio da Ativa Incubadora foi possível definir as principais áreas de intervenção dos projetos locais do Programa Teresa de Benguela:

a) **Formação Profissional:** oferta de aprendizagem contínua às mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de desenvolver as habilidades e conhecimentos necessários para atuar em uma área específica de trabalho.
b) **Capacitação:** iniciativas que ajudam as mulheres a desenvolverem suas habilidades profissionais, podendo focar em competências técnicas ou comportamentais, como empreendedorismo, ética, empoderamento feminino;
c) **Produção:** processo de fabricação e/ou beneficiamento de produtos diversos com a finalidade de comercialização;
d) **Ensino:** Ações voltadas para alfabetização de mulheres;
e) **Artesanato:** ensino de técnicas manuais para fabricação de produtos diversos para posterior comercialização;
f) **Inclusão Digital:** ações de democratização do acesso às tecnologias da Informação, de modo a permitir a inserção das mulheres no mundo digital;
g) **Associativismo:** qualificação na área de empreendedorismo para mulheres que participam de associações diversas;

h) Ressocialização: ações para promover a reinserção na sociedade de mulheres em privação de liberdade.

É importante ressaltar que alguns projetos combinaram duas ou mais áreas de intervenção. A seguir, apresenta-se um gráfico que ilustra a distribuição dos projetos locais conforme suas áreas de atuação:

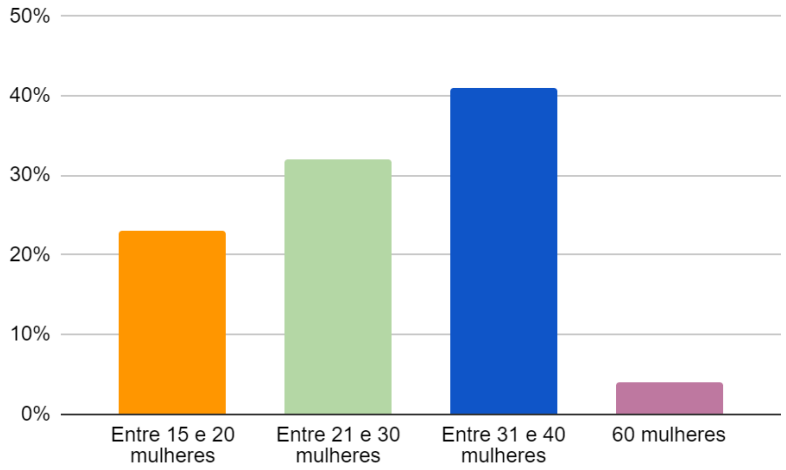
Figura 7. Caracterização das áreas de intervenção dos projetos locais



Fonte: Elaboração própria

Os projetos locais mais comuns concentram-se nas áreas de Produção (29,5%), Artesanato (20,5%) e Formação Profissional (20,5%). Os coordenadores desses projetos tendem a escolher intervenções que ofereçam retorno financeiro rápido para o público atendido, sendo mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, muitas das quais estão fora do mercado de trabalho. Essa escolha reflete a necessidade urgente de geração de renda e autonomia financeira para as mulheres. O gráfico abaixo apresenta a quantidade de mulheres que participaram dos projetos. Vale ressaltar que os editais de seleção de projetos definiam o quantitativo do público atendido.

Figura 8. Quantidade de participantes nos projeto



Fonte: Elaboração própria

Considerando que o Programa Teresa de Benguela define suas ações voltada para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica é importante visualizar como este público está distribuído na sociedade, tendo em vista que existem particularidades nas perspectivas de vida e por meio das ações do projetos seria possível minimizar os anseios deste grupo. Na Tabela 5 a seguir é possível visualizar o perfil das participantes dos projetos locais.

Tabela 5. Perfil do público-alvo do projeto

Perfil do público-alvo do projeto	%
Mulheres Indígenas	4%
Mulheres em vulnerabilidade socioeconômica cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS	55%
Mulheres catadoras de materiais recicláveis	9%
Mulheres em privação de liberdade	9%
Mulheres em busca de aperfeiçoamento e capacitação	19%
Mulheres assentadas	4%
Total	**100%**

Fonte: Elaboração própria

Observa-se a grande concentração de mulheres atendidas pelos projetos que são cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS. Este fato remete-se ao que acontece em outras regiões brasileiras, que apresentam contrastes socioeconômicos de distribuição de renda e emprego, que também aflige muitas mulheres que são responsáveis

pelo sustento familiar, e acabam ficando marginalizadas, sem amparo e com a dignidade comprometida.

Devido a este cenário, muitas mulheres recorrem ao CRAS, que é a principal porta de entrada para serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Brasil. Esta é a unidade responsável pela oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social, possibilitando o acesso a um grande número de famílias à proteção social de assistência social através de programas sociais que consistem em ações governamentais, que visam oferecer melhorias em lacunas deixadas no campo social.

4.3 A Gestão do Programa Teresa de Benguela

Para realizar o mapeamento dos resultados produzidos pelos projetos locais foi necessário fazer um apanhado de informações na principal fonte de informações sobre o Programa Teresa de Benguela, o site institucional da Pró-Reitoria de de Extensão.

Segundo o PDI, o IFMT possui um portal público, com informações institucionais de interesse da comunidade acadêmica e da sociedade civil. Os eventos promovidos pelo IFMT são divulgados nessa página, assim como as ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. O IFMT também está presente nas principais redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram.

No entanto, houve um entrave processo de coleta de dados institucionais, devido à escassez de informações disponíveis nas “abas” dos Programas de Extensão. A seguir está apresentado o cenário da PROEX em relação à publicização dos dados do Programa Teresa de Benguela:

Tabela 6. Publicação dos resultados dos projetos aprovados nos Editais

Nº/Ano do Edital	Local de publicação do Edital	Local de publicação do Resultado Final do Edital	Local de publicação do Relatório Geral do Edital	Relatório de Investimento do Edital
63/2017/IFMT/ PROEX	Site da Ativa Incubadora de Empresas do IFMT	Site da Ativa Incubadora de Empresas do IFMT	Não localizado	Não localizado
42/2018/IFMT/ PROEX	Site do Programa Teresa de Benguela	Site do Programa Teresa de Benguela	Não localizado	Não localizado
26/2019/IFMT/ PROEX	Site do Programa Teresa de Benguela	Apenas no SUAP	Não localizado	Não localizado

14/2020/IFMT/ PROEX	Site do Programa Teresa de Benguela	Site do Programa Teresa de Benguela	Não localizado	Não localizado
42 e 43/2021/ IFMT/PROEX	Site do Programa Teresa de Benguela	Não localizado.	Não localizado	Não localizado
51/2022/IFMT/ PROEX	Site do Programa Teresa de Benguela	Site do Programa Teresa de Benguela	Não localizado	Não localizado

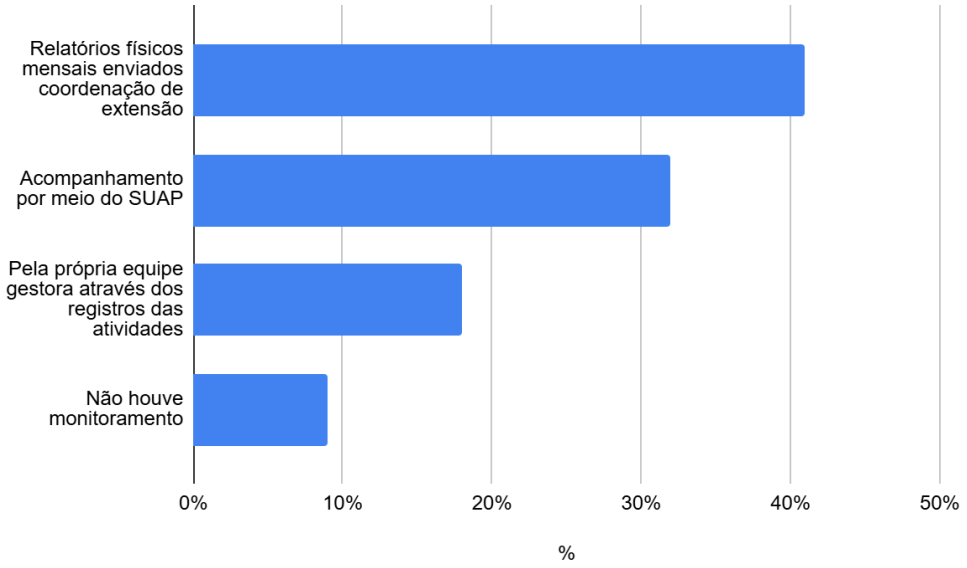
Fonte: Elaboração própria

Diante da falta de relatórios consolidados no site do Programa, foi feita uma solicitação de informações à PROEX por meio de e-mail institucional. Nessa comunicação, a pesquisadora informou que, ao consultar os documentos disponíveis no site da Pró-Reitoria de Extensão, notou a ausência de alguns relatórios dos projetos desenvolvidos pelo Programa, fazendo a solicitação de acesso aos documentos relativos ao Programa Teresa de Benguela. A resposta a solicitação apresentou-se da seguinte forma:

> O primeiro ano em que tivemos o Edital do Programa Teresa de Benguela foi em 2018, mesmo ano em que os Editais e projetos passaram a ser registrados através do sistema SUAP, assim o registro da execução financeira e do objeto também se dão por lá. Ao final de cada projeto, para que este seja encerrado, cada coordenador(a) deve inserir na conclusão as "lições aprendidas", as quais são aprovadas pelo (a) monitor (a) do projeto. Atualmente temos uma ferramenta no Suap que possibilita gerar relatório financeiro e outra de lições aprendidas por projeto (aplicando-se o filtro por edital), mas creio que esse acesso seja disponível apenas para quem tem perfil gerencial. Assim, infelizmente, um repositório de relatórios descritivos dos programas de extensão.

Corroborando como a justificativa apresentada pela PROEX, conforme os dados levantados junto aos coordenadores locais, o monitoramento dos projetos executados nos campi por parte da gestão do Programa Teresa de Benguela eram realizados por meio de relatos físicos que eram enviados mensalmente para a coordenação local de extensão. Este formato perdurou até a implantação do SUAP no IFMT a partir de 2018.

Figura 9: Monitoramento dos projetos locais



Fonte: Elaboração própria

Os gestores não souberam informar o quantitativo de projetos que foram executados e finalizados no período de 2017 a 2022. Não foram encontrados no site oficial do IFMT os Relatórios Gerais em que seria possível encontrar essa informação.

A interrupção na circulação de informações é extremamente prejudicial à confiança pública. Entende-se que quanto maior a transparência de uma gestão na divulgação ampla de suas ações para a população, maior a participação desta. Isso porque, permitindo que a população exerça o controle social enquanto agente fiscalizador, que toma para si os direitos e serviços, faz com que ocorra uma interação entre as partes envolvidas, aconteça de forma mais democrática. (Rodrigues et al, 2024).

Sobre a fonte do orçamento do Programa Teresa de Benguela a E2 explicitou que *"**o** programa não tem uma matriz orçamentária própria, sendo dependendo do recurso da PROEX. Isso é algo interno da reitoria que conhece o orçamento"*. Conforme os dados apresentados no site da PROEX os investimentos no Programa foram distribuídos no período de 2017 a 2022 conforme a Tabela 7 a seguir.

Tabela 7. Investimentos no Programa

Ano de execução	Investimento da Reitoria	Investimento Externo	Público atendido (nº)
2017	R$ 49.000,00	*	200 mulheres
2018	R$ 89.604,79	*	1000 mulheres

2019	R$ 161.539,98	R$ 299.110,00	270 mulheres
2020	R$ 114.000,00	*	270 mulheres
2021	R$ 74.081,84	R$ 69.600,00	300 mulheres
2022	R$ 172.000,00	*	150 mulheres
Total	**R$ 660.226,61**	**R$ 368.710,00**	**2.190 Mulheres atendidas**

Fonte: Elaboração própria

Se tratando dos critérios adotados para divisão das vagas o E2 justificou que elas *"eram ofertadas para todos os campi. Eram oferecidas para os diretores de campi.* Sobre os critérios adotados para definição da taxa de bancada o E2 fez a seguinte explanação:

> A gente tem uma noção se todos os projetos recebiam o mesmo valor ou era definido pela gestão do programa ou os próprios coordenadores que sinalizavam o valor que eles precisavam. Os diretores de campus decidiam se queriam tirar recursos da matriz orçamentária do campus, para aportar projetos para mais. Então, quando vê que existem vagas a mais, precisa ir para o campus essa situação. Se não, o recurso que a reitoria dispõe era destinado com vagas iguais para os campi.
>
> A gente basicamente fazia o cálculo, quanta a gente vai gastar com bolsas de professores, estudantes, com taxa de bancada, a gente vai gastar x que o projeto pegar. O valor é dividido pela quantidade de projetos total. Dependia da matriz orçamentária da Extensão. Quando o edital era publicado os proponentes já tinham a informação do valor da taxa de bancada para aquele edital.

No período de 2017 a 2022 foram lançados anualmente editais de seleção de propostas de projetos. A quantidade total de projetos foi distribuída conforme a Tabela 8 a seguir.

Tabela 8. Distribuição de vagas nos Editais anuais

Nº/Ano do Edital	**Qtde de vagas ofertadas**	**Qtde de Projetos Aprovados**	**Valor da taxa de bancada**	**Valor da bolsa para coordenador**	**Duração do projeto**
63/2017/IFMT/PROEX	10	12	R$ 1.500,00	R$ 600,00	4 meses
42/2018/IFMT/PROEX	20	18	R$ 1.500,00	R$ 600,00	4 meses
26/2019/IFMT/PROEX	12	9	R$ 2.000,00	R$ 600,00[4]	6 meses
14/2020/IFMT/PROEX	12	9	R$ 2.000,00	R$ 600,00	6 meses

[4]Conforme a Nota nº 00001/2019/PFE-IFMT/PFIFMATO GROSSO/PGF/AGU, a partir do ano de 2019 os servidores técnicos-administrativos foram impossibilitados de coordenar projetos de extensão e pesquisa com o recebimento de bolsa.

42 e 43/2021/IFMT/PROEX	40	-	R$ 0,00	R$ 0,00	4 meses
51/2022/IFMT/PROEX	7	5	R$ 4.000,00	R$ 0,00	8 meses

Elaboração própria

Na tabela de distribuição de vagas nos Editais anuais observou-se uma queda na oferta de vagas para desenvolvimento de projetos de extensão pelo Programa Teresa de Benguela no decorrer dos anos, apesar do aumento do valor da taxa de bancada e extensão do período de duração dos projetos. Não há nenhuma informação publicizada sobre os indicadores que foram considerados para a remodelação dos editais. Também não foi identificado no decorrer das entrevistas com os gestores fatores que influenciaram na diminuição da oferta de vagas.

Observa-se uma grande adesão aos editais dos anos de 2017 e 2018, ano de maior oferta de vagas, seguida de uma queda significativa nos anos de 2019 e 2020, anos em que o número de propostas não superaram a quantidade de vagas disponíveis. No ano de 2021 o Edital teve um formato diferente, devido a pandemia do COVID-19, devido às medidas protetivas e a impossibilidade de realizar atividades presenciais. A última edição do Edital para desenvolvimento de projetos locais de extensão do Programa Teresa de Benguela, com fomento da Pró-Reitoria de Extensão, foi no ano de 2022, em somente 5 projetos foram aprovados e habilitados para execução.

O lançamento de Editais anualmente para proposição de projetos possibilitou a participação dos servidores em outras edições do Programa de Benguela. Dos 22 coordenadores que participaram da pesquisa, apenas 14% desenvolveu projetos em mais de uma edição, e 86% coordenaram projeto pelo Programa apenas uma vez.

Quando questionados sobre o interesse em dar continuidade às atividades após a conclusão do projeto, 91% dos coordenadores locais expressaram interesse em desenvolver projetos futuros, enquanto 9% não mostraram interesse. Dos servidores que não tiveram interesse na continuidade das atividades foram mapeados os motivos apresentados na Tabela 9 abaixo.

Tabela 9. Motivo não continuidade nos projetos

Motivos

Considerações dos coordenadores de projetos locais	1. Impossibilidade de conciliar o trabalho com o desenvolvimento do projeto; 2. Opção de não concorrer nos editais; 3. O processo se tornou muito burocrático; 4. Envolvimento em outras ações de pesquisa e extensão no campus; 5. Falta de tempo para realização das atividades; 6. Falta de colaboradores internos nas ações; 7. Taxa de bancada insuficiente para executar as ações propostas; 8. A carga horária destinada ao projeto não é abatida na carga horária de trabalho dos docentes; 9. A impossibilidade do Técnico Administrativo receber bolsa; 10. Falta de incentivo do campus para realização do projeto; 11. Mudanças no formato do Programa; 12. O programa não se tornou mais atrativo; 13. Valor da bolsa insuficiente para execução do projeto; 14. O monitoramento era muito burocrático por parte da gestão do programa; 15. Não houve mais Editais para participação no Programa Teresa de Benguela; 16. Outros interesses.

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar os documentos consultados e os apontamentos dos coordenadores locais, destaca-se aqui, alguns fatores importantes que podem indicar o desinteresse num contexto geral na coordenação de projetos de extensão no IFMT, dentre elas estão: A carga horária destinada ao projeto não é abatida na carga horária de trabalho dos docentes; Taxa de bancada insuficiente para executar as ações propostas; Falta de tempo para realização das atividades; A impossibilidade do Técnico Administrativo receber bolsa, sendo o último reflexo da Nota nº 00001/2019/PFE-IFMT/PFIFMATO GROSSO/PGF/AGU, que impossibilitou os servidores técnicos-administrativos de coordenar projetos de extensão e pesquisa com o recebimento de bolsa.

Apesar de haver no IFMT um Programa de Valorização da Produção da Pesquisa (PVPE), através da concessão de bolsas e recursos financeiros para projetos e publicações de materiais, impresso ou digital, para servidores de estudantes, ainda medidas que integram este Regulamento que não torna a participação do servidor atrativa para desenvolvimento das ações, uma vez que a conciliação da jornada de trabalho e as atividades de extensão se tornam exaustivas.

Os gestores foram questionados sobre o processo de avaliação e ferramentas que foram utilizadas. As respostas foram unânimes, destacando que é adotado o mesmo processo de avaliação utilizado em todos os outros projetos de extensão através do SUAP[5].

[5] Sistema Unificado de Administração Pública é um sistema informatizado que visa abranger todos os processos administrativos e acadêmicos do Instituto Federal.

E1. A gente usa todas as métricas, que todos os projetos de extensão usam, mas tem algumas a mais, que eu não me recordo quais. Então, no próprio sistema, ele já traça as métricas, que são usadas, não para avaliar os outros programas, os outros projetos, e eles foram utilizados também para avaliar esses projetos diferentes. Tipo, quais foram as populações atendidas, quantas pessoas atenderem, comprovar que você executou as atividades que você também queria executar, comprovar que você organizou, que você gastou a verba e testou com o adequadamente, tem que colocar valores atendidos.

Questionados sobre a estruturação de Relatórios de Prestação de Contas, os gestores afirmaram que foram produzidos e encaminhados para a Pró-Reitoria de Extensão, que é a responsável pela disponibilização dos documentos no site institucional. No entanto, os gestores confirmaram que todos os coordenadores de projetos que foram finalizados apresentaram a prestação de contas e relatórios finais, não havendo projetos pendentes como mostra a Tabela abaixo.

Tabela 10. Monitoramento dos projetos

Metas cumpridas	91% cumpriram a meta 9% não cumpriram
Prestação de contas do seu projeto	Todos realizaram a prestação de contas
Apresentação de Relatório Final do Projeto	Todos realizaram o Relatório Final

Fonte: Elaboração própria

Apesar de não haver projetos inadimplentes, segundo os gestores, a Proex tem procedimentos específicos que são adotados nos casos dos projetos que não realizaram a prestação de contas.

E1. Existe uma data limite de prestação de contas, quem não prestou contas até essa data, fica na situação de inadimplentes na Pró-Reitoria de Extensão. A gente permanece acompanhando, porque a gente identifica que podem haver alguns problemas, algumas questões específicas. São realizadas conversas pontualmente, com cada coordenador de projetos que tem dificuldades em operar, de acordo com dificuldades apresentadas, com as condições de prazo. Quando não há a interação, ou a resolução do coordenador naquele prazo, fica inadimplente e permanecemos

cobrando, conversando, até conseguir resolver. Em último caso, existe a notificação, na partida da corregedoria do IFMT.

Apesar dos gestores terem pleno conhecimento sobre as informações relativas à execução do Programa, não é possível localizar os elementos de monitoramento e avaliação que estejam sistematizados em Relatórios e de acesso público, enfraquecendo o controle social, que Rodrigues (2024) enfatiza que é um conceito que se desenvolveu ao longo da história como resposta à necessidade de garantir a participação dos cidadãos na gestão dos assuntos públicos e no controle das ações do Estado.

4.4 Resultados que foram produzidos pelos projetos locais

Ao longo de sua execução, os projetos específicos para o empoderamento e a inclusão social de mulheres vulneráveis nos campi do IFMT geraram frutos concretos, como a capacitação profissional, a promoção da autonomia econômica e o fortalecimento da autoestima dessas mulheres. As ações desenvolvidas têm contribuído diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos participantes, proporcionando-lhes novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, além de promoverem um espaço de fortalecimento de redes de apoio e solidariedade.

Dentre os principais resultados do Programa Teresa de Benguela, é possível destacar uma série de indicadores que refletem a eficácia e o impacto das ações inovadoras. Esses resultados serão observados e avaliados por meio da Tabela a seguir, que podem resumir os dados mais recentes e os avanços realizados nas áreas de capacitação, inclusão e transformação social da população.

Tabela 11. Principais resultados do Programa Teresa de Benguela

Principais resultados do Programa Teresa de Benguela na visão dos coordenadores	
Considerações dos coordenadores de projetos locais	● Sentimento de pertencimento enquanto coletivo; ● Elevação da autoestima e autoconfiança das participantes; ● Continuidade nos estudos; ● Incentivo a empreender com responsabilidade e planejamento; ● Independência financeira de companheiros, através da geração de renda própria; ● Valorização dos conhecimentos das mulheres participantes nas oficinas propostas; ● Inclusão, conhecimento e trabalho em equipe; ● Ascensão no mercado de trabalho;

	● Conhecimento de ferramentas digitais; ● Aprovação de alunas em concurso público; ● Empoderamento feminino, geração de renda, liderança e empreendedorismo ● Desenvolvimento das temáticas de gênero e cor; ● Envolvimento dos alunos do Ensino Médio; ● Consciência de fortalecimento da associação participante; ● Levar conhecimento para população em vulnerabilidade; ● Atender mulheres em situação de vulnerabilidade.; ● Mudança na perspectiva de vida; ● Participação das alunas em evento de empreendedorismo; ● Contribuição para a formação educacional e qualificação profissional das mulheres; ● Desenvolvimento econômico local; ● Estímulo à organização em coletivos; ● Cuidados com a saúde das cursistas; ● Estímulo ao ingresso no IFMT para dar continuidade aos estudos; ● Aumento do nível de conhecimento e interesse sobre o programa entre professores, TAEs, alunos e comunidade externa; ● Interação das participantes com a comunidade acadêmica para promoção da educação ambiental; ● Promoção de projeto de urbanização, como o "Se essa Rua fosse minha"; ● Geração de renda e estímulo ao desenvolvimento pessoal; ● Empoderamento e compartilhamento de histórias de vida; ● Estímulo o empoderamento feminino através de educação pública de qualidade tanto teoria quanto prática; ● Formação de grupos com produção; ● Fortalecimento de vínculos com a comunidade.

Elaboração própria

Esses apontamentos estão presentes nos questionários aplicados junto aos coordenadores locais dos projetos, mas não há uma apresentação sistematizada desses dados em Relatórios Consolidados. Embora o site do Programa divulgue alguns relatórios de projetos individuais, não foi possível localizar documentos que possibilitem a aferição sistemática de se os projetos atingirem as metas condicionais pelo Programa. A ausência de uma descrição desses dados dificulta a avaliação global dos resultados e a comparação entre os projetos, além de limitar a transparência quanto ao cumprimento dos objetivos e metas previstas. Para garantir uma visão mais clara e robusta sobre os impactos do Programa, seria necessário investir na elaboração dos Relatórios Consolidados, que integrasse as informações coletadas nos questionários e permitisse uma análise mais abrangente e comparativa dos resultados obtidos, incluindo o nível de cumprimento das metas

determinadas. Isso também contribuiria para uma maior prestação de contas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Os resultados dos projetos estão documentados em entrevistas concedidas pelo Reitor do IFMT, pelo Pró-Reitor de Extensão e pelos Gestores do Programa, os quais podem ser consultados nas notícias gerais publicadas no site oficial da Instituição. No entanto, é importante notar que essas entrevistas, embora forneçam informações relevantes sobre o andamento e os impactos dos projetos, carecem de uma explicitação mais detalhada sobre o embasamento metodológico ou os critérios utilizados para a apresentação dos resultados. A falta dessa identificação pode dificultar a compreensão completa da fundamentação das informações, limitando a transparência e a possibilidade de uma análise crítica mais aprofundada. Seria relevante, portanto, que a Instituição considerasse incluir detalhes sobre a base de dados, a metodologia adotada e as fontes de seleção utilizadas, para fortalecer as informações.

4.5 A promoção do empreendedorismo feminino

A Resolução nº 46/2019, que criou o Programa Teresa de Benguela, prevê o apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo, economia solidária, comércio, cidadania, às mulheres em vulnerabilidade social. Sobre este tema, 64% dos coordenadores locais afirmaram que seus projetos possibilitaram a promoção do associativismo, cooperativismo e economia solidária, ao passo que 36% responderam que não houve este resultado. Os principais resultados identificados pelos coordenadores em relação a este aspecto estão apresentados na tabela a seguir.

Tabela 12. Promoção do associativismo, cooperativismo e economia solidária através dos projetos executados

Considerações dos coordenadores de projetos locais	● Propagação da importância da associação, cooperativismo, através de capacitações; ● Realização de feira para comercialização dos produtos fabricados durante o curso e divisão dos lucros das vendas às participantes para continuidade produção dos itens. ● Realização de atividades coletivas de produção de itens diversos. ● Fortalecimento e solidez da Associação participante do projeto. ● Promoção da educação financeira e inclusão socioprodutiva. ● Incentivo para criação de uma cooperativa de produção de itens diversos. ● Estruturação de grupos de mulheres para produção e comercialização de produtos.

	• Participação em feira de economia solidária para captação de possíveis compradores de artesanato indígena. • Criação de grupos sólidos de produção coletiva de cervejas artesanais, seguindo os conceitos de economia solidária.

Fonte: Elaboração própria.

A experiência mais exitosa destacada pelos gestores do Programa foi resultado do Curso de Formação Inicial e Continuada de Preparadora Cervejeira Artesanal, do IFMT-Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo. O curso foi ofertado para mulheres assentadas e acampadas da Reforma Agrária das comunidades do Facão (Cáceres-MT) e do assentamento Roseli Nunes (Mirassol D'Oeste-MT). As participantes do curso se uniram para formar um coletivo e fundaram a Cervejaria Cabocla Serrana, especializada na produção de cervejas nas versões pilsen e blond ale. O empreendimento teve grande sucesso e hoje mantém parcerias com cooperativas e empresas que trabalham na comercialização de bebidas.

Figura 10. Cervejas produzidas pelo coletivo de mulheres cervejeiras.

Fonte: Instagram Cervejaria Cabocla Serrana. Disponível em: https://www.instagram.com/cervejariacaboclaserrana?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=ZDNlZDc0MzIxNw==

Outras iniciativas igualmente destacadas foram a criação do Grupo de Mulheres na Construção Civil, o fortalecimento da Cooperativa de Catadoras de Materiais Recicláveis e o grupo de Produção Artesanal Indígena. A E3 frisou ainda, a participação das servidoras da Reitoria do IFMT no "*Bazar Vênus, que promovia trocas e itens com roupas e calçados entre as mulheres, as servidoras que eram empreendedoras e as que produziam algumas coisas também podiam expor seus produtos. Nesse mesmo evento a gente trazíamos uma palestra sobre empreendedorismo.*

Os coordenadores locais apontaram que foram realizadas feiras e movimentos de economia solidária como parte dos projetos, com o objetivo de proporcionar espaços de comercialização dos produtos desenvolvidos durante os cursos, incentivar pequenos produtores e empreendedores locais, além de estimular a troca de saberes e experiências entre os participantes, fortalecendo a rede de apoio mútuo e a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres.

Esse desenho de política pública resulta do crescente número de mulheres que ampliam o seu papel na sociedade e em suas comunidades, tornando-se chefes das suas famílias, e que são responsáveis pelo sustento financeiro das suas residências, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família, realidade que influencia nas gerações futuras e no desenvolvimento igualitário e justos do País.

4.5.1 Difusão das questões de gênero através do Programa Teresa de Benguela

O debate da questão de gênero é primordial para compreender as construções históricas e culturais pelas quais se determina socialmente o homem e a mulher, e os aspectos dela desencadeados como as relações de poder, desigualdade e opressão.

Nesse sentido, os coordenadores locais foram questionados sobre o desenvolvimento de outras ações relacionadas à temática de gênero após a conclusão do projeto. Enquanto 55% afirmaram que realizaram atividades sobre a temática, 45% disseram que não desenvolveram ações adicionais. Vejamos as principais ações identificadas:

Tabela 13. Ações e projetos na temática de gênero

Considerações dos coordenadores de projetos locais	● Promoção do evento "Pensando em Raça e Gênero no IFMT", palestras, oficinas sobre várias temáticas envolvendo gênero; ● Realização da Formação Continuada para as profissionais que atuam em

	Creche; ● Debates sobre a introdução das mulheres no mercado de trabalho; ● Extensão das ações do projeto para mulheres privadas de liberdade; ● Acompanhamento de um grupo de mulheres em um coletivo na área de agricultura urbana; ● Coordenação de outros projetos no campus voltados às mulheres; ● Participação na Comissão de Gênero do Campus; ● Encontros, fórum e oficinas iniciais sobre violência contra mulher;

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à divulgação dos resultados dos projetos em revistas científicas e/ou eventos acadêmicos, 68% dos coordenadores consultados afirmaram ter realizado publicações dos resultados em periódicos ou participado de eventos acadêmicos para compartilhar as descobertas. Este panorama revela que uma parte significativa dos coordenadores está comprometida com a divulgação acadêmica formal dos resultados que pode ser visualizado na Tabela 14 abaixo, por outro lado, 32% mencionaram que não optaram por formas alternativas de divulgação.

Tabela 14. Publicações dos resultados de projetos

Revista	Livro	Eventos
● Digoreste IFMT; ● Revista Brasileira de Extensão Universitária.	● Teresas Empreendedoras-Relatos de empoderamento e empreendedorismo feminino no Programa Teresa de Benguela.	● Semana Tecnológica de 2018 realizada pelo IFMT - Campus Avançado Lucas do Rio Verde; ● JenPex; ● Workif; ● Eventos institucionais do IFMT.

Fonte: Elaboração própria.

A divulgação dos resultados no meio acadêmico contribui para a visibilidade científica dos projetos, sendo assim, seria importante investigar as razões pelas quais uma parte dos coordenadores não tem optado pela publicação formal, como falta de recursos, tempo, ou orientações sobre como publicar em revistas científicas, para que a Instituição possa oferecer o suporte necessário e fomentar a maior participação na divulgação acadêmica dos resultados. Além disso, o incentivo à participação em eventos acadêmicos e a publicação em revistas especializadas poderia fortalecer o impacto do Programa e ampliar a troca de conhecimento com a comunidade científica mais ampla.

No decorrer da pesquisa, foram identificados diversos resultados institucionais por meio do Programa Teresa de Benguela, os quais refletem tanto o impacto interno da iniciativa,

quanto sua contribuição para sociedade através da valorização de temas sociais relevantes, como a importância da autonomia feminina, tais como:

- Menção Honrosa da Assembleia Legislativa de Mato Grosso ao programa Teresa de Benguela (2018).
- Indicação ao Prêmio UNESCO GWE - Girl's & Women's Education em 2020 e 2021;
- Promoção do Falas de Teresa no IFMT, destacando o protagonismo de vozes femininas;
- Prêmio na Mostra de Experiências Exitosas da 42ª Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec 2018), em setembro deste ano, em Búzios, no Rio de Janeiro;
- Criação do Guia Modelando Negócios do Programa de Extensão Teresa de Benguela;
- Criação das Comissões de Gênero no IFMT;
- Lançamento do Livro Mulheres em versos e prosas: Teresa de Benguela realizando sonhos de escritoras;
- Captação de recurso externo via Ministério Público do Trabalho no valor de R$ 512.020,57, e do Ministério Público Federal no valor de R$735.784,02.

O envolvimento dos servidores e estudantes dos campi do IFMT com temáticas relacionadas ao gênero também pode ser destacado como um dos pontos fortes e fundamentais do Programa Teresa de Benguela. A inclusão dessas questões nas atividades de extensão e nas ações de sensibilização tem contribuído significativamente para a construção de um ambiente acadêmico mais igualitário e consciente das questões sociais. As falas a seguir demonstram a importância do envolvimento dos servidores nas ações de extensão voltada às mulheres:

> "Gosto de trabalhar com esta temática e acredito que podemos contribuir muito com as mulheres em situação de vulnerabilidade, além de proporcionar momentos enriquecedores de crescimento pessoal e de olhar para o outro com amor e respeito, pois há muitos que precisam de pouco e o pouco que temos pode ajudar muita gente". Coordenador de projeto 1.

> “As ações do projeto possibilitaram visibilidade deste público a instituição, bem como a inserção destas mulheres, filhos e familiares como estudantes. Possibilitou reflexões aos servidores e estudantes sobre a importância deste público na instituição e na sociedade por meio de seus produtos que foram apresentados em uma mostra no campus”. Coordenador de projeto 2.

Programas como o Teresa de Benguela contribuem na diminuição das desigualdades de gênero, pois atuam diretamente na oferta de oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres. Isso ajuda a diminuir a disparidade salarial, ampliar a participação feminina em setores historicamente dominados por homens e fortalece a representatividade das mulheres em posições de liderança, possibilita o combate à pobreza e exclusão social, oferecendo a essas mulheres a chance de romperem o ciclo da pobreza por meio da educação e da formação profissional. Ao capacitá-las, o programa contribui para melhorar suas condições de vida e proporciona a elas oportunidade de emprego digno e sustentável.

4.6 Resultados da pesquisa

A efetividade do Programa Teresa de Benguela se manifesta de maneira clara pelos resultados alcançados e pelos objetivos alcançados, mesmo diante das limitações financeiras enfrentadas. Embora o programa tenha operado com recursos financeiros limitados, sua capacidade de gerar impactos significativos, tanto no âmbito institucional quanto na comunidade externa, demonstra a eficácia das estratégias empregadas e o comprometimento dos envolvidos.

No entanto, para que as ações voltadas para a promoção da inclusão social, o fortalecimento da equidade de gênero e a divulgação de conhecimento por meio de atividades de extensão sejam ainda mais robustas e orquestradas, é de suma importância que a Gestão do IFMT assuma um compromisso claro com a transparência na apresentação dos resultados. Isso implica não apenas em compartilhar de maneira acessível e sistemática os impactos e as conquistas do Programa, mas também em estabelecer um processo contínuo de monitoramento e avaliação que permita aferir de forma objetiva o alcance das metas e objetos, afirmando o compromisso com a Responsabilidade Social e promovendo a *accountability* na Instituição.

Capítulo V - Considerações Finais

5.1 Principais conclusões

O Programa Teresa de Benguela tem se afirmado como uma política de empreendedorismo feminino de grande relevância, não apenas para o Instituto Federal de Mato Grosso, mas também para as localidades onde suas ações são realizadas. Ao longo dos anos, a expansão e a reconfiguração do programa têm se mostrado fundamentais, permitindo uma adaptação às necessidades específicas de cada comunidade. Essa evolução não apenas enriquece as experiências das participantes, mas também potencializa os resultados alcançados, promovendo o empoderamento feminino e incentivando o desenvolvimento econômico local.

O impacto positivo gerado pelo programa evidencia sua importância como uma iniciativa inovadora e transformadora no contexto da educação e do empreendedorismo. No entanto, é fundamental realizar avaliações constantes para determinar se o Instituto Federal de Mato Grosso conseguiu alcançar a efetividade do Programa Teresa de Benguela ao longo de sua execução.

O processo de avaliação deve incluir a análise dos resultados obtidos, a identificação dos desafios enfrentados e a coleta das percepções das participantes. Através dessa reflexão contínua, será possível ajustar as estratégias e abordagens do programa, garantindo que elas se mantenham relevantes e eficazes na promoção do empreendedorismo feminino e no fortalecimento da autoestima e da qualidade de vida das mulheres atendidas. A avaliação não apenas garante a transparência e a prestação de contas, mas também contribui para a melhoria contínua do programa, alinhando suas ações conforme a necessidade.

A Responsabilidade Social da Instituição se manifesta por meio do Programa, e atua como um instrumento estruturador, promovendo o crescimento pessoal, profissional e intelectual dos participantes. Essa abordagem possibilita a continuidade da vida, a construção da autoconfiança e o resgate da autoestima, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida. O programa também visa a geração de renda e a promoção da socialização, reforçando seu papel essencial no fortalecimento das comunidades e na transformação social. Ao integrar esses elementos, a Instituição demonstra seu compromisso em criar oportunidades e impactar positivamente a vida das pessoas envolvidas no Programa.

O princípio da publicidade, previsto na Constituição Federal de 1988, deve ser garantido em sua totalidade, assegurando a divulgação das informações sobre a organização,

funcionamento e processos decisórios das instituições. Essa transparência é fundamental para promover a *accountability*, permitindo que a sociedade tenha acesso às informações necessárias para entender como as decisões são tomadas e como os recursos são utilizados. Ao garantir a publicidade, fortalece-se a confiança pública nas instituições e fomenta um ambiente de participação cidadã, onde todos podem contribuir para o aprimoramento das políticas e práticas em benefício da coletividade.

Não há algo mais democrático do que a informação, uma vez que ela é acessível a todos, ela é a matéria-prima que conduz ao conhecimento. O conhecimento, por sua vez, é a verdadeira fonte de poder, capacitando indivíduos e comunidades para tomarem decisões informadas. Sendo assim, é extremamente importante que o IFMT reavalie e reconduza sua Política de Comunicação, visando atender aos princípios da Administração Pública. Os canais de comunicação oficiais precisam ser mais dinâmicos e sistematizados de forma que não gerem informações dúbias, gerando incertezas e confusão entre os destinatários.

Uma comunicação clara e eficaz é fundamental para garantir a transparência, a participação e a responsabilização, permitindo que a Instituição se conecte de maneira mais eficaz com a comunidade e os cidadãos. Nesse contexto, os gestores devem se adaptar aos novos cenários, garantindo a importância de utilizar todos os recursos disponíveis de maneira eficaz e transparente. Só assim será possível garantir que esses recursos retornem aos seus contribuintes de forma satisfatória, promovendo um ambiente de confiança e colaboração, fortalecendo a gestão pública.

5.2 Limitações

Diversas análises realizadas foram brevemente prejudicadas, devido à escassez de informações disponíveis no site oficial da Instituição em estudo. Essa lacuna de dados compromete a compreensão de alguns processos e decisões tomadas, dificultando uma visão clara e precisa do cenário real do Programa no período investigado. A ausência de informações públicas também impactou a seleção da quantidade de informantes, uma vez que não existem relatórios que apresentem os projetos finalizados, bem como aqueles que não foram executados, incluindo suas respectivas motivações. Essa falta de informações definitivas afetou profundamente a compreensão do universo de pesquisa, resultando em um número de questionários aplicados superiormente ao inicialmente planejado. Essa situação não apenas limita a análise qualitativa dos dados, mas também compromete a *accountability* no IFMT.

O movimento grevista que se instalou no IFMT em 2024 teve um impacto significativo na aplicação dos questionários e nas entrevistas programadas. Em virtude dessa paralisação, os prazos definidos para a coleta de dados, conforme delineados no planejamento inicial, foram alterados, resultando em períodos de realização diferentes dos previamente programados. A dificuldade de acesso aos servidores durante a greve dos trabalhadores da educação federal foi um grande obstáculo à investigação, limitando as oportunidades de interação e coleta de informações essenciais. Em alguns momentos, foi necessário um esforço específico por parte da pesquisadora para garantir que os informantes respondessem aos questionários e agendassem as entrevistas. Essa dinâmica não apenas atrasou o cronograma, mas também levantou desafios adicionais para garantir a representatividade e a qualidade dos dados coletados.

Apesar das limitações enfrentadas ao longo do processo, este trabalho de investigação conseguiu alcançar os objetivos propostos, trazendo contribuições significativas para a área evidenciada. Os resultados obtidos oferecem percepções importantes que podem enriquecer o entendimento do tema e servir como base para futuras pesquisas.

5.3 Sugestões de Investigação Futura

No decorrer das investigações, foi identificada uma significativa mudança no formato do Programa Teresa de Benguela a partir de 2022. No entanto, não foram encontradas informações consistentes, além de especulações e dados informais sobre as novas configurações do programa. É crucial compreender como ocorreu o processo de reenquadramento, especialmente, considerando a redução no número de campi atendidos, e oferecem vagas para os cursos desenvolvidos. Essa compreensão é essencial não apenas para avaliar o impacto do novo formato, mas também para identificar como funciona o processo de tomada de decisão no IFMT.

Durante o processo de coleta de dados, foram identificadas diversas questões que além dos objetivos propostos para a dissertação. Essas questões revelam áreas de interesse e temas relevantes que podem ser explorados em futuros trabalhos acadêmicos e científicos. A identificação dessas novas perspectivas não apenas enriquece o entendimento do tema em questão, mas também abre caminhos para pesquisas adicionais que possam contribuir para o avanço do conhecimento da Instituição em estudo.

No que diz respeito aos recursos financeiros, é fundamental investigar como ocorre o fomento aos projetos de extensão. Além disso, é importante analisar como se dá a capacitação de recursos e se o IFMT tem promovido a sustentabilidade de seus programas.

Compreender esses aspectos não apenas esclarece a eficiência da alocação de recursos, mas também permite identificar oportunidades de melhoria e garantir que os projetos sejam sustentáveis nos campi do IFMT. A promoção de uma gestão financeira responsável e transparente é essencial para fortalecer o impacto social dos programas.

Referências Bibliográficas

Alperstedt, G. D.; Ferreira, J.; Serafim, M. C. (2014). *Empreendedorismo feminino: dificuldades relatadas em histórias de vida.* Santa Catarina: Revista Ciências da Administração. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2014v16n40p221 > Acessado junho de 2023.

Bernardino, Susana; Santos, J Freitas. (2014). EMPREENDEDORISMO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto.

Biblioteca Setorial do CECULT- UFRB. (2023). Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacecult/noticias/220-tereza-de-benguela-a-escrava-que-virou-rainha-e-liderou-um-quilombo-de-negros-e-indios, acessado em junho de 2023.

Brasil. (2006). Projeto Programa Mulheres Mil. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

Bruschini. (2007). *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez ano*s. Cad. Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, dez. 2007.

Carreira, Denise; Aajamil, M.; Moreira, T. (Org.) (2001). A Liderança Feminina no Século *21*. São Paulo, Ed. Cortez.

Corcetti, E. (2018). Análise do policy design do Programa Mulheres Mil: caminhos da inclusão? Tese de doutorado. Viçosa/MG.

DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioconômicos (2023). Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher Março - 2023. Disponível em https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.html. Acessado em junho de 2023.

Gil, A. C. (1999). Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas.

Gomes, Almiralva Ferraz. (2004) *O perfil empreendedor de mulheres que conduzem seu próprio negócio: um estudo na cidade de Vitória da Conquista, BA*. Revista Alcance, v. 11, n. 2.

Gonzalez, Lélia. (1984). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. São Paulo: Revista de Ciências Sociais Hoje. Anpocs. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/semu/downloads/racismo-e-sexismo-na-cultura-brasileira-artigo/>. Acessado em junho de 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2020) Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em:https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil. Acessado em junho de 2023.

Jannuzzi, Paulo de Martino. (2011). AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL: REPENSANDO PRÁTICAS E METODOLOGIAS DAS PESQUISAS AVALIATIVAS. Planejamento e Políticas Públicas.

Junior, Joelias Silva Pinto. (2021). A busca da autonomia feminina por meio do programa Teresa de Benguela do Instituto Federal de Mato Grosso**.** Revista Prática Docente. v. 6, n. 3, Instituto Federal de Mato Grosso - Campus Confresa.

Pro-Reitoria de Extensão do IFMT (2023) Disponível em : https://proex.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/programa-de-extensao-teresa-de-benguela/ acessado em junho de 2023.

Silva, Célia Regina Ramos da; Carvalho, Paula Mangueira de; Silva, Elisangela Leandro da.(2017). Liderança Feminina: a imagem da mulher atual no mercado corporativo das organizações brasileiras. Educação, Gestão e Sociedade, v. 7, n. 25.

Selltiz, C., Cook, S. W. (1965). Métodos de pesquisa das relações sociais. São Paulo: Herder.

Triviños, A. N. Silva. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

Yin, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman.

OLIVEIRA, MAXWELL FERREIRA DE. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG,2011. Disponível em <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica__Prof_Maxwell.pdf> acessado em 09 de novembro de 2020.

Soistak, J. (2021). *A Contabilidade como instrumento de gestão* (1º ed). AYA Editora. https://doi.org/10.47573/aya.88580.2.17

46 e benini.pdf. ([s.d.]). Recuperado 28 de abril de 2023, de http://handbook.usfx.bo/nueva/vicerrectorado/citas/ECONOMICAS_6/Economia/46%20e%20benini.pdf.

Silva, E. S. (2022). Relatório não financeiro. *Revista Contabilista* Ano XXII Revista nº 268 - Julho 2022.

Cunha, M. P., Rego, A., Cunha, R. C., Cabral-Cardoso, C., & Neves, P. (2015). *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*. Lisboa: Editora RH.

Campos, A. M. (1990). Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?. *Revista De Administração Pública*, *24*(2), 30 a 50. Recuperado de https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049.

RODRIGUES, Luciana da Silva et al. A inconsistência na publicização de dados da educação pública na região sul do Brasil: implicações e reflexões.Temporalis, Brasília (DF), ano 24, n. 47, p. 106-121, jan./jun. 2024.

PEDERNEIRAS, M. P. (2005). CUMPRINDO PROPOSTAS DE GOVERNO: PROEXT VOLTADO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS , Revista do PROEXT – MEC/SESu nº 01 Ano 2005 Disponível em: /http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/proext/revista_proext_05.pdf

Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2024. Disponível em: https://ifmt.edu.br/media/filer_public/7b/82/7b8283e3-0c5b-40ea-a341-99f058b6ca2c/pdi_2019-2025_aprovado.pdf

Anexos

1) Apresentação Canva: **Capacitação Coordenadores de Projeto do Programa Teresa de Benguela.** Disponível em: proex.ifmt.edu.br/media/filer_public/70/47/70474575-021f-487b-9d01-5f5bbeee8128/guia_modelando_negocios_teresa_benguela_v01.pdf.

2) Ebook Acadêmico: **MULHERES EM VERSOS E PROSAS- Teresa de Benguela realizando sonhos de escritoras.** Disponível em: https://www.rfbeditora.com/ebook-2023/88bcc9aa-da86-4b08-ba4b-f944eb46acbf.

3) Ebook Acadêmico: **TERESAS EMPREENDEDORAS: RELATOS DE EMPODERAMENTO E EMPREENDEDORISMO FEMININO NO PROGRAMA TERESA DE BENGUELA.** Disponível em: https://www.editoracientifica.com.br/books/teresas-empreendedoras-relatos-de-empoderamento-e-empreendedorismo-feminino-no-programa-teresa-de-benguela.

4) **Guia Modelando Negócios Programa de Extensão Teresa de Benguela.** Disponível em: guia_modelando_negocios_teresa_benguela_v01.pdf.

5) Vídeo de **Apresentação do Programa Teresa de Benguela.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KtE5zn890wg.

6) Vídeo de **Depoimentos Teresa de Benguela - IFMT/VGD**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vr01GkLNRPM&t=1s

Apêndice A-
Projetos executados pelo Programa Teresa de Benguela no período de 2017 a 2022.

Nº	Título do Projeto	Ano	Número do Edital	Área de atuação
1	Oficinas de cidadania para mulheres	2017	63/2017-RTR/PROEX /ATIVA	Formação Profissional
2	Industrializando esperança			Produção
3	Capacitação para mulheres inspiradoras: utilização e manuseio cotidiano de agrotóxicos e afins no ambiente doméstico			Capacitação
4	Formação para catadoras de latinha do município de Jaciara			Associativismo
5	Empoderamento feminino - uma ferramenta para o resgate da cidadania			Formação Profissional
6	Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino			Inclusão Digital; Associativismo
7	Mulher catadora: olhar transformador			Alfabetização; Capacitação
8	Mulheres na Construção Civil			Construção Civil
9	Caminho das borboleta: orientação profissional e desenvolvimento de competências.			Formação Profissional
10	Curso de qualificação para mulheres em vulnerabilidade: lutando em defesa da vida, cidadania e igualdade de oportunidade			Formação Profissional
11	Capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade social em fabricação artesanal de produtos de limpeza e higiene pessoal incluindo planejamento, produção, técnicas e aplicações do empreendedorismo na venda dos produtos fabricados			Produção
12	Artesanato em madeira: reconhecendo saberes e criando novas perspectivas por meio da arte			Artesanato
13	Vozes Estampadas: Empreendedorismo como Ferramenta de Transformação	2018	42/2018-RTR/PROEX /ATIVA	Artesanato
14	Produção de hortaliças como estratégia de melhoria nos hábitos alimentares, terapia ocupacional e possibilidade de salário consumo para mulheres em vulnerabilidade social			Produção

15	Biojoias Barira: Produção artesanal e empoderamento das indígenas da etnia Cinta Larga			Artesanato
16	Aromas e Encantos - Comunicação e Vendas			Formação Profissional
17	Os temperos da inclusão social			Produção
18	ELABORAÇÃO DE PÃES, BISCOITOS E BOLOS: UMA PRÁTICA EDUCATIVA PARA MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL			Produção
19	Curso de capacitação de Empreendimentos Socioprodutivos em Economia Solidária e Extensão Inovadora, para a Associação das Mulheres Camponesas Agroecológicas - AMCA de Canabrava do Norte			Capacitação; Associativismo
20	Marias, Teresas e Genis: A luta pelos direitos à cidadania.			Formação Profissional
21	REUTILIZAÇÃO DE MATERIAIS E PRODUÇÃO DE BIOPRODUTOS			Produção
22	Meu Primeiro Emprego - Mulheres			Formação Profissional
23	MARIAS: EMPODERAMENTO FEMININO, CONSTRUINDO CIDADANIA.			Capacitação
24	Capacitação profissional na produção de salgados, doces e quitutes, como agente motivador de inserção social, geração de renda e dignidade humana para mulheres do assentamento Brilhante, Arara e sol, uma parceria entre IFMT e Consórcio Portal do Araguaia.			Produção
25	EMPODERAMENTO DE MULHERES PELO EMPREENDEDORISMO: INCLUSÃO DIGITAL			Inclusão Digital
26	Industrializando esperança 2.0			Produção
27	Educação para o fortalecimento e empoderamento de Mulheres em Combate a Violência			Capacitação
28	Produção de sabão aproveitando óleo de fritura			Produção
29	Ponto a Ponto			Artesanato; Ressocialização
30	EMPREENDER PARA A LIBERDADE: Mulheres Preciosas da Cadeia Pública Feminina de Tangará da Serra/MT”	2019	26/2019-RTR/PROEX /ATIVA	Ressocialização

31	Produtora de Derivados do Leite			Produção
32	Pintura em tela: Construções imagéticas confeccionadas por mulheres atendidas no CRAS São Domingos em Sorriso			Artesanato
33	Curso de vigilante e defesa pessoal: uma proposta de empoderamento de mulheres cis e trans em situação de vulnerabilidade social			Formação Profissional
34	Curso de Formação Inicial e Continuada de Preparadora Cervejeira Artesanal, do IFMT-Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo.			Produção
35	RACISMO AMBIENTAL: Flores do Cerrado do Pantanal			Artesanato
36	PRODUÇÃO EMBUTIDOS E DEFUMADOS CÁRNEOS ARTESANAIS			Produção
37	Donas de Si			Capacitação; Inclusão Digital
38	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA O PROFISSIONAL DOMÉSTICO: ABORDAGEM BIOLÓGICA AMBIENTAL, PROMOÇÃO DE SAÚDE E HIGIENE NO TRABALHO			Capacitação
39	EMPREENDA COMO UMA MULHER: EMPREENDEDORISMO FEMININO NAS MÍDIAS SOCIAIS	2020	14/2020- RTR/PROEX	Capacitação
40	Letras e Cores			Artesanato
41	Oficina criativa			Artesanato
42	Plantas Aromáticas e Medicinais no Empreendedorismo Feminino pela ETE Poxoréu	2022	51/2022- RTR/PROEX	Produção
43	De ponto em ponto: costurando vidas			Artesanato
44	Um Ponto um Novo Horizonte			Artesanato

*Não foram localizados nos canais oficiais do IFMT os resultados do edital do ano de 2021.

P.PORTO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Responsabilidade Social e Empreendedorismo Feminino no IFMT: a trajetória e o impacto do Programa Teresa de Benguela

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “Responsabilidade Social e Empreendedorismo Feminino no IFMT: a trajetória e o impacto do Programa Teresa de Benguela”.

Este estudo pretende analisar a trajetória e o impacto do Programa Teresa de Benguela do IFMT, como instrumento do empreendedorismo feminino no período de 2017 a 2022. Para tanto, investigar como ocorreu a implantação do Programa Teresa de Benguela e sua trajetória no IFMT, além de caracterizar as principais áreas de intervenção dos projetos locais, considerando as propostas aprovadas pelos Editais e mapear os projetos locais concluídos e os resultados que foram produzidos, e as propostas não executadas/concluídas e suas causas, por fim, pretende-se examinar a continuidade das ações de projetos concluídos e a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres participantes, através do associativismo, cooperativismo e economia solidária e identificar se projetos executados estimularam o envolvimento dos servidores e estudantes dos campi do IFMT sobre temáticas relacionadas a gênero.

A participação nesta pesquisa consiste em participar de entrevista presencial ao qual o Sr(a) foi convidado(a). Sua atuação é voluntária, ou seja, sem remuneração, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade, despesa ou perda de benefícios. Informamos que esta pesquisa respeita os procedimentos éticos para a coleta de informações, incluindo o sigilo absoluto das mesmas. A entrevista será gravada e em nenhuma hipótese divulgada a terceiros, para preservar o sigilo dos sujeitos e das instituições participantes da pesquisa. Ao assinar este termo o(a) Sr(a) consente na gravação de sua imagem e voz, que ficarão sob a propriedade e guarda da pesquisadora responsável.

Considerando o objetivo do estudo proposto, a presente pesquisa não apresenta nenhum risco direto ou danos físicos ou psicológicos aos entrevistados, com exceção de possíveis riscos mínimos, como constrangimentos, desconforto ou incômodo em responder algumas perguntas.

A pesquisadora compromete-se a propiciar acompanhamento e assistência integral ao participante da pesquisa no caso de eventuais danos materiais e imateriais decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário (art. 3º, inciso X da Resolução CNS n° 510/2016).

Se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder algumas perguntas, cujas respostas serão analisadas, interpretadas e os dados obtidos serão expostos na forma de Dissertação de Mestrado e apresentada ao programa de Mestrado em Gestão das Organizações – Ramo Gestão Pública, do Instituto Politécnico do Porto/IPP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto/ISCAP – Portugal.

No entanto, ao responder determinadas perguntas e caso estas lhe causem alguma sensação de incômodo, ou ainda provoque alguma memória que lhe cause um estado emocional desconfortante, você poderá solicitar que a entrevista seja interrompida ou que determinado trecho seja apagado, caso não concorde com este.

O motivo que nos leva a estudar o referido tema, com o intuito de tornar as práticas sustentáveis mais transparentes, a criação de um índice que avalie as ações de sustentabilidade, será proposto, contribuindo para embasar as decisões estratégicas relacionadas a investimentos e alocações de recursos, resultando em melhorias relativas ao tema tanto para a instituição quanto para a sociedade.

Para participar desta pesquisa você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados do estudo serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Dessa forma, você não

será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Somente o entrevistador e o professor orientador deste terão acesso ao registro para análise dos dados. Os dados obtidos serão divulgados dentro da instituição, mediante relevância do trabalho poderá ser apresentado em congressos na área de estudo, observando sempre a não identificação do entrevistado. Da mesma forma, os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Este termo de consentimento deverá ser assinado digitalmente, sendo que uma via será arquivada pelo pesquisador responsável, no Curso de Mestrado Gestão das Organizações – Ramo Gestão Pública do ISCAP/IPP e outra será fornecida a você. Desta forma, ressaltamos que é OBRIGATÓRIA a assinatura do participante e do pesquisador no TCLE.

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Mato Grosso, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone, e-mail ou endereço constante no rodapé deste documento.

A pesquisadora responsável poderá fornecer qualquer esclarecimento sobre o estudo, assim como tirar dúvidas, bastando contato conforme dados abaixo especificados:

Pesquisadora Responsável: Anelise Rondon de Campos
Endereço: Rua Interventor Muller, s/n, Qd. 301 Lote 11- Nova Barra Sul, Cep: 78606-637, Barra do Garças/MT.
E-mail: anelise.rondon@ifmt.edu.br

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Alves Bandeira
Endereço: Rua Jaime Lopes Amorim, S. Mamede Infesta, Porto - Portugal - e-mail: bandeira@iscap.ipp.pt .

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Cargo de concurso no IFMT:

Qual seu campus de lotação:

Tempo de serviço no IFMT:

Área de formação acadêmica:

Função exercida na gestão do Programa Teresa de Benguela:

SOBRE O PROGRAMA TERESA DE BENGUELA

1. Você tem conhecimento de como surgiu a proposta de criar o Programa Teresa de Benguela?
2. Você tem conhecimento de como foi realizado o levantamento de demanda para criação do Programa?
3. Quais os objetivos do Programa Teresa de Benguela?
4. Quais os procedimentos de planejamento foram adotados para funcionamento do Programa?

SOBRE O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA TERESA DE BENGUELA

5. Quantos projetos do Programa Teresa de Benguela foram executados no período de 2017 a 2022?
6. Quais as características das áreas de intervenção dos projetos do Teresa de Benguela nos campi?
7. Como foi realizado o monitoramento dos projetos do Teresa de Benguela executados nos campi do IFMT?

8. Os projetos executados passaram por um processo de avaliação? Se sim, quais os meios e ferramentas utilizadas para realizar a avaliação?
9. Foram estruturados Relatórios de Prestação de Contas dos projetos executados no período de 2017 a 2022?
10. Você tem conhecimento da quantidade de projetos que apresentaram a prestação de contas e relatórios finais no período de 2017 a 2022?
11. Você tem conhecimento da quantidade de projetos que NÃO apresentaram a prestação de contas e relatórios finais no período de 2017 a 2022?
12. Quais critérios foram considerados para a avaliação dos projetos executados no período de 2017 a 2022?
13. Quais os procedimentos adotados nos casos dos projetos que não realizaram a prestação de contas?

SOBRE O ORÇAMENTO PROGRAMA TERESA DE BENGUELA

1. Qual a fonte do orçamento do Programa Teresa de Benguela no período de 2017 a 2022?
2. Quais os critérios adotados para divisão da vagas para coordenação de projetos do Programa Teresa de Benguela?
3. Quais os critérios adotados para definição da taxa de bancada dos projetos aprovados?
4. O recurso destinado para os projetos foi suficiente para execução dos projetos?
5. O Relatório de investimento do Programa Teresa de Benguela no período de 2017 a 2022 está disponível no site institucional?

SOBRE OS RESULTADOS DO PROGRAMA TERESA DE BENGUELA

1. Quais resultados institucionais foram obtidos através do Programa Teresa de Benguela no período de 2017 a 2022?
2. Houve incidência de coordenadores que executaram projetos em anos posteriores?
3. Você considera que o IFMT promoveu associativismo, cooperativismo e economia solidária e através dos projetos executados no período de 2017 a 2022?
4. Você considera que o Programa Teresa de Benguela estimulou o envolvimento de servidores e estudantes nas temáticas relacionadas a gênero no período de 2017 a 2022?

Agradeço sinceramente por sua valiosa contribuição para este projeto de pesquisa. Seu envolvimento é fundamental para o sucesso deste estudo.

OBS: O TCLE SERÁ APRESENTADO PRESENCIALMENTE E A ASSINATURA DO(A) PARTICIPANTE SERÁ SOLICITADA APÓS A APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA.